

UFRRJ
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA E SUA
RELEVÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ: A
CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
AMBIENTAL (PROMEA – NI)**

FERNANDA MALHEIRO LOURENÇO

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO POLÍTICA PÚBLICA E SUA RELEVÂNCIA PARA O MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU/RJ: A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PROMEA – NI)

FERNANDA MALHEIRO LOURENÇO

Sob a orientação da Professora

Edileuza Dias de Queiroz

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Geografia**, no Programa de Pós Graduação em Geografia, Área de Concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

Nova Iguaçu, RJ

Junho de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- L419e Lourenço, Fernanda Malheiro, 1986-
A educação ambiental como política pública e sua
relevância para o município de Nova Iguaçu/RJ: a
construção do Programa Municipal de Educação Ambiental
(ProMEA-NI) / Fernanda Malheiro Lourenço. - Nova
Iguaçu, 2023.
73 f.: il.
- Orientadora: Edileuza Dias de Queiroz.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em
Geografia, 2023.
1. Educação Ambiental. 2. Participação Popular. 3.
Política Pública. 4. Programa Municipal de Educação
Ambiental. I. Queiroz, Edileuza Dias de, 1967-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Geografia III.
Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



**HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 51 / 2023 - PPGGEO
(12.28.01.00.00.35)**

Nº do Protocolo: 23083.047579/2023-00

Seropédica-RJ, 24 de julho de 2023.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
FERNANDA MALHEIRO LOURENÇO**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestra em Geografia**, no Programa de Pós-Graduação em Geografia, área de concentração em Espaço, Questões Ambientais e Formação em Geografia.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/06/2023.

Edileuza Dias de Queiroz. Dr^a, UFRRJ

(Orientadora - Presidente da Banca)

Aline Lima de Oliveira Nepomuceno. Dr^a, UFS

(Membro Externo à Instituição)

Monika Richter. Dr^a, UFF

(Membro Interno ao Programa)

(Assinado digitalmente em 24/07/2023 17:03)

**EDILEUZA DIAS DE QUEIROZ
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
PROEXT (12.28.01.16)
Matrícula: 366511**

(Assinado digitalmente em 24/07/2023 14:21)

**MONIKA RICHTER
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 014.557.977-82**

(Assinado digitalmente em 28/08/2023 19:21)

**ALINE LIMA DE OLIVEIRA NEPOMUCENO
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 010.323.415-21**

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **51**, ano: **2023**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **24/07/2023** e o código de verificação: **51bec4f74**

AGRADECIMENTOS

À Deus pela oportunidade da vida e por tantas bênçãos nesses 37 anos de existência.

À todos os amigos que me apoiaram nesse percurso e me incentivaram a não desistir.

Ao meu esposo Felipe por me apoiar incondicionalmente em tudo que eu precisei.

À minha filha, Luiza, que mesmo sendo um bebê e tendo suas demandas me permitiu escrever na reta final da pesquisa enquanto estávamos só nós duas.

À minha mãe, Cleonice, que foi e continua sendo minha rede de apoio sempre que eu preciso.

À minha querida orientadora, Edileuza, por ser paciente, compreensiva, por acreditar na minha capacidade enquanto pesquisadora e por confiar que eu podia fazer sempre o melhor.

Às professoras Ana Maria, Monika e Bárbara pelas contribuições durante a qualificação que me fizeram com que eu me aprofundasse na pesquisa com muito mais empenho e vontade de aprender.

À todos os atores que me cederam as entrevistas, em especial a José Arnaldo e Kátia Wanessa que sempre se mostraram disponíveis para me auxiliar em todos os momentos que necessitei.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001.

RESUMO

LOURENÇO, Fernanda Malheiro. **A Educação Ambiental Como Política Pública e Sua Relevância Para o Município de Nova Iguaçu/RJ: A Construção do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA – NI)**. 73 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências/Instituto Multidisciplinar. Departamento de Geografia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

As Políticas Públicas podem ser compreendidas como a forma com que o Estado age frente a questões de ordem pública que demandam soluções. A Política Nacional de Educação Ambiental é considerada um marco para as discussões sobre Educação Ambiental no país, sendo tomada como base para a formulação de políticas estaduais e municipais e estas para a implementação de planos e programas. O Programa Municipal de Educação Ambiental é um instrumento que pode contribuir para o fortalecimento da EA no município, devendo ser elaborado a partir de um processo participativo, a fim de concretizar uma postura crítica e reflexiva diante das decisões sobre o meio ambiente. No Estado do Rio de Janeiro existem cerca de vinte municípios com propostas de implementação de Programas, dentre eles Nova Iguaçu, localizada na Baixada Fluminense. Sendo assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar como a Educação Ambiental enquanto política pública pode promover o fortalecimento de uma educação mais democrática e sustentável no município de Nova Iguaçu. Os objetivos específicos são: identificar a inserção da Educação Ambiental enquanto política pública; compreender a experiência do processo de construção participativa do Programa Municipal de Educação Ambiental de Mesquita como um exemplo para o município de Nova Iguaçu; e analisar o processo participativo de construção do Programa Municipal de Educação Ambiental de Nova Iguaçu. A construção da investigação se estruturou através das seguintes fontes: revisão bibliográfica, para compreender os conceitos-chave que embasaram a pesquisa; análise documental, em que foi realizada a leitura do Diagnóstico Socioambiental Participativo de Nova Iguaçu e a análise da Política Municipal de Educação Ambiental de Mesquita; estudo de campo, onde atuei como observadora participante nas oficinas participativas; e entrevistas semiestruturadas, para compreender como se deu a construção da Política e do Programa de Mesquita e analisar os discursos dos atores sociais diretamente envolvidos na elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental de Nova Iguaçu. A pesquisa permitiu identificar a partir do que foi observado nas oficinas e analisado das falas dos atores sociais que, inicialmente, o processo para a elaboração do Programa têm assimilado a perspectiva crítica, por outro lado existem pontos que nos fazem refletir até onde vai essa criticidade, como o não retorno do contato da sócio-diretora da empresa Myr para a entrevista, a escolha de uma empresa particular especializada em detrimento de uma universidade e a ausência de informações sobre a construção da Política Municipal de Educação Ambiental. O processo de elaboração do Programa encontra-se em fase de Diagnóstico, assim, esperamos que em trabalhos futuros possa haver o prosseguimento do que a presente pesquisa se dispôs a discutir e/ou que gere pesquisas relacionadas.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Participação Popular; Política Pública; Programa Municipal de Educação Ambiental.

ABSTRACT

LOURENÇO, Fernanda Malheiro. **Environmental Education as a Public Policy and Its Relevance for the Municipality of Nova Iguaçu/RJ: The Construction of the Municipal Environmental Education Program (ProMEA-NI)**. 73 p. Dissertation (Master of Geography). Institute of Geosciences/Multidisciplinary Institute. Department of Geography. Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2023.

Public policies can be understood as the way in which the State acts in the face of public issues that require solutions. The National Environmental Education Policy is considered a milestone for discussions on Environmental Education in the country, being taken as a basis for the formulation of state and municipal policies and these for the implementation of plans and programs. The Municipal Environmental Education Program is an instrument that can contribute to the strengthening of EE in the municipality, and should be developed from a participatory process, in order to achieve a critical and reflective attitude towards decisions about the environment. In the State of Rio de Janeiro there are about twenty municipalities with proposals for the implementation of Programs, among them Nova Iguaçu, located in the Baixada Fluminense. Thus, the general objective of the research is to analyze how Environmental Education as a public policy can promote the strengthening of a more democratic and sustainable education in the municipality of Nova Iguaçu. The specific objectives are: to identify the insertion of Environmental Education as a public policy; understand the experience of the participatory construction process of the Municipal Environmental Education Program of Mesquita as an example for the municipality of Nova Iguaçu; and analyze the participatory process of construction of the Municipal Environmental Education Program of Nova Iguaçu. The construction of the research was structured through the following sources: bibliographic review, to understand the key concepts that underpinned the research; documentary analysis, in which the reading of the Participatory Socio-environmental Diagnosis of Nova Iguaçu and the analysis of the Municipal Environmental Education Policy of Mesquita were carried out; field study, where I acted as a participant observer in the participatory workshops; and semi-structured interviews, to understand how the construction of the Policy and the Program of Mesquita took place and to analyze the discourses of the social actors directly involved in the elaboration of the Program of Nova Iguaçu. The research allowed us to identify from what was observed in the workshops and analyzed from the speeches of the social actors that, initially, the process for the elaboration of the Program have assimilated the critical perspective, on the other hand there are points that make us reflect how far this criticality goes, as the non-return of the contact of the partner-director of the company Myr for the interview, the choice of a specialized private company to the detriment of a university and the absence of information on the construction of the Municipal Environmental Education Policy. The process of preparing the Program is in the Diagnostic phase, so we hope that in future work there may be the continuation of what this research was willing to discuss and / or generate related research.

Keywords: Environmental Education; Territory; Popular participation; Public policy; Municipal Environmental Education Program.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ciclo de Formação das Políticas Públicas	17
Figura 2 - Mapa da Baixada Fluminense/RJ com Destaque para os Municípios de Nova Iguaçu e Mesquita	28
Figura 3 - Mapa de Localização do Município de Nova Iguaçu	36
Figura 4 - Unidades de Conservação do Município de Nova Iguaçu	38
Figura 5 - Ranking dos 15 Municípios pelo Índice Final de Conservação Ambiental	39
Figura 6 - Mapa com os Municípios da Rede Hidrográfica II – Guandu/RJ	40
Figura 7 - Nuvem de Palavras Sobre o que é Educação Ambiental	42
Figura 8 - Mapa Simbólico	43
Figura 9 - Mapa Simbólico	44
Figura 10 - Mapa Simbólico	44
Figura 11 - Representação da Matriz F.O.F.A	46
Figura 12 - Montagem de Fotos dos Slides da Apresentação Sobre a Matriz F.O.F.A	47
Figura 13 - Ideias da Categoria Forças	48
Figura 14 - Ideias da Categoria Oportunidades	48
Figura 15 - Ideias da Categoria Fraquezas	49
Figura 16 - Ideias da Categoria Ameaças	49

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Objetivos Específicos e Caminhos Metodológicos	6
Quadro 2 - Principais eventos mundiais acerca do meio ambiente	10
Quadro 3 - Tipologia das políticas públicas	19
Quadro 4 - Principais políticas públicas ambientais a partir da década de 1980	21
Quadro 5 - Municípios com proposta de implantação do ProMEA	26
Quadro 6 - Municípios com ProMEA estabelecido	26
Quadro 7 - Produções sobre a Política e o ProMEA de Mesquita	33
Quadro 8 - Etapas do programa de elaboração dos ProMEAS na Região Hidrográfica II – Guandu/RJ	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
Justificativa	4
Motivação Acadêmica e Pessoal	5
Objetivos	5
CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS	8
1. Educação Ambiental	8
1.2 A educação democrática e sustentável e sua relação com a EA	12
2. Participação Popular	14
3. Políticas Públicas de Educação Ambiental	15
4. Programa Municipal de Educação Ambiental	24
CAPÍTULO 2 – ELABORAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PMEA) E DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PROMEA) DE MESQUITA/RJ	28
CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PROMEA) DE NOVA IGUAÇU/RJ	36
3.1 Apresentação Geral	36
3.2 Caracterização do Município de Nova Iguaçu	39
3.3 As Oficinas Participativas em Nova Iguaçu	41
3.4 Análise das Entrevistas Semiestruturadas	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	58
APÊNDICES – ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS	63
ANEXOS	71

INTRODUÇÃO

Embora a discussão sobre Educação Ambiental (EA) ocorra desde a década de 1970, ultimamente temos observado um aprofundamento desse conceito. Muito se tem produzido e debatido acerca da EA em vários meios, o que demonstra a importância e a necessidade de sua incorporação em todos os setores da sociedade.

A EA pode ser compreendida a partir de distintas perspectivas, a depender da intencionalidade de cada ator social, seja governos, instituições educativas, empresas, entre outros. O presente trabalho opta por seguir um caminho crítico, pois evidencia a reflexão e a compreensão das questões socioambientais enquanto produtos históricos e, simultaneamente, nos mobiliza para a ação enquanto sujeitos emancipados, responsáveis por nossa própria história (LOUREIRO, 2007; LAYRARGUES E LOUREIRO, 2013).

Também é a partir desta perspectiva que podemos pensar em uma educação democrática e sustentável, já que ela pressupõe a participação dos sujeitos ao longo do processo de aprendizagem e leva a reflexão crítica das problemáticas socioambientais enquanto produtos determinados por um contexto histórico e que apenas a superação de relações hegemônicas pode construir um novo tipo de sociedade.

Assim, também discutimos o conceito de participação social enquanto um processo muito importante, não só para a democracia, mas inclusive para a construção da cidadania dos indivíduos e sobretudo para a elaboração de uma sociedade com novos valores éticos e morais.

Aqui a EA é tratada como política pública (PP), visto que as PPs respondem a demandas sociais que necessitam de resolução. E mais do que a preservação do meio ambiente, as políticas públicas deste campo buscam a sustentabilidade desse meio, o que corresponde a uma reivindicação da sociedade.

A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA - Lei nº 9.795/99), ainda que concebida em uma conjuntura neoliberal, se constitui em um marco para a discussão da EA no país. Ademais é a base para a formulação das políticas ambientais dos estados e municípios e estas para a implementação de planos e programas.

O Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) pode ser considerado um instrumento que contribui para o fortalecimento da EA dentro do município. Sua construção deve partir de um processo participativo que envolva todos os membros da sociedade, a fim de concretizar uma postura crítica e reflexiva diante das decisões sobre o meio ambiente.

No Estado do Rio de Janeiro já existem municípios com ProMEAs efetivados (Rio de Janeiro, Mesquita, Vassouras, Armação dos Búzios e Bom Jesus do Itabapoana) e cerca de 20 municípios com propostas de estabelecimento. Nova Iguaçu, juntamente com mais doze municípios da Região Hidrográfica II – Guandu/RJ¹ (Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Piraí, Rio Claro, Mangaratiba, Mendes e Barra do Piraí) é um destes municípios, que desde o primeiro semestre de 2021 vem se mobilizando para construir o seu Programa

¹ “Região Hidrográfica é o espaço territorial brasileiro compreendido por uma bacia, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas contíguas, com características naturais, sociais e econômicas homogêneas ou similares, com vistas a orientar o planejamento e gerenciamento dos recursos hídricos” (AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS). Conforme Resolução CERHI Nº 107 de 22 de Maio de 2013, que aprova nova definição das Regiões Hidrográficas do Rio de Janeiro, o território fica dividido em nove Regiões Hidrográficas.

Nesse mesmo período, no município de Nova Iguaçu, foi criada por meio da Resolução Nº 01/2021 do Conselho Municipal do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (CONDEMA), a Comissão Interdisciplinar para a elaboração do ProMEA, composta por dois representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo; dois representantes da Secretaria de Educação; um representante da Secretaria de Saúde; um representante da Empresa Municipal de Limpeza Urbana; três representantes de conselhos municipais afins; três representantes da comunidade técnico-científica; um representante da rede de educação privada; um representante da rede de educação estadual; e três representantes de entidades ambientalistas e comunitárias. Desde então ocorreram capacitações, seminários e oficinas participativas para a formulação do Programa, que foram conduzidas por uma empresa especializada, a Myr Projetos Sustentáveis.

Refletindo sobre o conhecimento acerca da EA e sobre suas políticas a questão central deste trabalho é: *Como, a partir da construção do ProMEA, podemos ter o desenvolvimento de uma educação verdadeiramente democrática e sustentável em Nova Iguaçu?*

O desenvolvimento da pesquisa foi realizado em diferentes etapas e utilizando fontes de dados distintas. O trabalho parte de uma abordagem qualitativa, com foco na análise e na interpretação das informações obtidas. “Segundo esta perspectiva, um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada” (GODOY, 1995, p. 21). Sendo assim, a construção da investigação se estruturou através das seguintes fontes:

- A) Revisão Bibliográfica;
- B) Análise Documental;
- C) Estudo de Campo;
- D) Entrevistas Semiestruturadas;
- E) Análise do Discurso Crítica.

A revisão bibliográfica se deu pelo levantamento de artigos, dissertações e teses, através do Google Acadêmico, biblioteca online da UFRRJ, site do Grupo de Estudos em Educação Ambiental desde el Sur (GEASur) da UNIRIO, site Academia.edu e Portal Scielo que auxiliaram no desenvolvimento dos principais conceitos chave da pesquisa, a saber Educação Ambiental, Políticas Públicas, Participação Popular e Programa Municipal de Educação Ambiental.

A análise documental se deu pela leitura do Diagnóstico Socioambiental Participativo do ProMEA de Nova Iguaçu e também pela análise da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) de Mesquita que constituiu o corpus do Capítulo 2. Pioneira na instituição de políticas públicas ambientais, Mesquita foi a primeira cidade da Baixada Fluminense a construir a Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) e, logo em seguida, o Programa Municipal de Educação Ambiental. Assim, a análise desse documento permitiu compreender melhor a estruturação de uma política pública de Educação Ambiental em um município da Baixada Fluminense, no intuito de que ela possa ser balizadora para a construção de políticas de EA em outros municípios, sobretudo o de Nova Iguaçu.

No estudo de campo a pesquisa se dá por meio de observação direta da situação estudada, onde o pesquisador realiza a maior parte do trabalho pessoalmente (GIL, 2002, p. 53). Ele se deu a partir da presença nas oficinas participativas. Em 2022 ocorreram três oficinas (05/10, 22/10 e 19/11), das quais estive presente nas duas últimas, enquanto observadora participante. As oficinas do dia 05/10 e do dia 22/10 ocorreram na Casa do Professor e a do dia 19/11 na Casa de Cultura Mário Marques (antiga Casa de Cultura). A observação participante é um método qualitativo em que o pesquisador vivencia determinada situação em um ambiente específico para compreender o que ali ocorre.

O objetivo da observação participante é obter uma compreensão profunda de um tema ou situação particular por meio dos significados atribuídos ao fenômeno pelos indivíduos que o vivem e experimentam. Em geral, ocorre em ambientes comunitários ou em locais que se acredita ter alguma relevância para as questões de pesquisa. O método é diferenciado porque o pesquisador se aproxima dos participantes da pesquisa em seu próprio ambiente (MARIETTO, 2018, n.p.).

Dentro da pesquisa qualitativa as entrevistas podem ser de diversos tipos, que pode variar de uma conversa informal até um script bem definido. “A sua diversidade está alicerçada em divergências metodológicas que repercutem no uso da própria técnica de entrevista, na sua estrutura, na definição de seus objetivos, no papel do entrevistador e do entrevistado, e nas formas de validação de seus resultados” (FRASER E GONDIM, 2004, p. 140).

De maneira geral elas se dividem em três tipos: entrevistas estruturadas, semiestruturadas e não-estruturadas. Optamos pelas entrevistas semiestruturadas que se assemelham a uma conversa informal, que, embora possuam questionamentos norteadores podem gerar outras questões ao longo da entrevista (MANZINI, 2004).

As entrevistas semiestruturadas ocorreram com as professoras Ana Maria Marques Santos (UFRRJ) e Débora Gusmão Brito Pires para a construção do capítulo 2 e para o capítulo 3 com as seguintes pessoas: Geraldo da Silva Bastos representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM); Kátia Wanessa Araújo dos Santos Barros representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Lara Mattos Martins, mobilizadora social contratada pela Myr especificamente para a construção do ProMEA e José Arnaldo dos Anjos de Oliveira, presidente do Conselho Municipal do Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (CONDEMA). A escolha dessas pessoas se deu por se constituírem em peças-chave na construção do ProMEA, já que estão diretamente envolvidas no processo.

As entrevistas foram realizadas de três formas: presencial, online e por meio de questionário no Word, entre os meses de fevereiro e abril de 2023. Nas formas presencial e online os áudios foram gravados e posteriormente transcritos e as respostas dos questionários foram sistematizadas em documento a parte. A importância do ProMEA, a articulação entre setores governamentais, a participação social, a visão de EA para o município de Nova Iguaçu foram algumas das questões abordadas e que indicam claramente posições políticas e ideológicas que podemos observar nos discursos sobre a EA.

A análise das entrevistas se deu pela Análise do Discurso Crítica (ADC), termo cunhado pelo linguista britânico Norman Fairclough. A ADC está relacionada a continuidade dos estudos da Linguística Crítica (LC), desenvolvidos na década de 1970, tendo se consolidado como disciplina no início de 1990 (RESENDE E RAMALHO, 2006). Magalhães (2005), contudo aponta que não se deve considerar a ADC como uma continuação da LC, visto que

A ADC estuda textos e eventos em diversas práticas sociais, propondo uma teoria e um método para descrever, interpretar e explicar a linguagem no contexto sociohistórico. Enquanto a LC desenvolveu um método para analisar uma pequena amostra de textos, a ADC desenvolveu o estudo da linguagem como prática social (MAGALHÃES, 2005, P. 3).

Para Norman Fairclough a criticidade é capaz de tornar os indivíduos conscientes de ideologias que mascaram relações de poder. Dessa forma seriam geradas mudanças sociais que superariam essas relações.

Fairclough (2001a, p. 28) explica que a abordagem “crítica” implica, por um lado, mostrar conexões e causas que estão ocultas e, por outro, intervir socialmente para produzir mudanças que favoreçam àqueles (as) que possam se encontrar em situações de desvantagem (RESENDE E RAMALHO, 2006, P. 22).

A ADC também possui grande influência na visão de que o discurso se constitui enquanto parte de práticas sociais, sendo seu modo de ação historicamente situado, ou seja, a produção discursiva nas sociedades é estruturalmente definida e cada enunciado novo pode tanto contribuir para a manutenção quanto para a transformação de ações individuais (RESENDE E RAMALHO, 2006).

Entender o uso da linguagem como prática social implica compreendê-lo como um modo de ação historicamente situado, que tanto é constituído socialmente como também é constitutivo de identidades sociais, relações sociais e sistemas de conhecimento e crença. Nisso consiste a dialética entre discurso e sociedade: o discurso é moldado pela estrutura social, mas também é constitutivo da estrutura social (RAMALHO E RESENDE, 2006, P. 26).

A ADC traz uma importante contribuição a análise de discurso ao salientar as mudanças discursiva e social e não só os mecanismos de reprodução. “Assim, Fairclough define discurso como forma de prática social, modo de ação sobre o mundo e a sociedade, um elemento da vida social interconectado a outros elementos” (RESENDE E RAMALHO, 2006, P. 28).

Fazer a ADC na atualidade é muito importante e representa um esforço na tentativa de desvelarmos as contradições sociais, “significa, portanto, estabelecer diálogos, fazer conexões, tudo em prol de uma sociedade que se busque, a cada dia, mais democrática e menos desigual” (PEREIRA et al., 2009, p. 23).

Justificativa

A EA vem sendo discutida desde a década de 1970 e já naquela época se falava em crise ambiental (AIRLES, 2004). Atualmente temos vivido em um contexto mundial tão grave quanto há cinquenta anos e a EA se faz mais necessária que nunca: crises climáticas, crise hídrica, guerras pelos mais diversos recursos, guerras pela legitimação do poder, incitação ao ódio, xenofobia, racismo, a vida em constante perigo de extinção.

Para Santos e Weber (2018, n.p.) “a crise ambiental possui relação direta com a crise do comportamento humano, e ambas se revelam nas desigualdades, na perda da dignidade humana e na destruição progressiva do planeta.”

Segundo Andrade (2022, n.p.),

Nos últimos anos, o Brasil tem vivido uma crise ambiental generalizada. São consecutivos recordes de desmatamento, períodos de muitas queimadas, garimpeiros poluindo rios com mercúrio, animais que correm o risco de entrar em extinção e consequências na biodiversidade, na vida das pessoas e comunidades como um todo.

Nos municípios brasileiros, sobretudo os da Baixada Fluminense, a situação de degradação não é diferente. Devido a um crescimento urbano desordenado, a Baixada Fluminense convive com diversas problemáticas socioambientais, como enchentes, deslizamentos de encostas, poluição dos corpos d’água e dos solos, muitas vezes por descarte de lixo nesses locais, a frequente falta de água, entre outras.

Diante desse panorama, a EA, a partir de uma perspectiva crítica, “já que não há separação possível entre relações humanas e natureza, pois ambas formam as relações sociais configuradas historicamente” (Layrargues e Loureiro, 2013, p. 231), torna-se um importante instrumento para o entendimento e a reflexão da realidade, a fim de se alcançar qualidade ambiental e social através de uma participação ativa na sociedade.

Uma forma de legitimar esse processo é pensar a EA enquanto política pública de viés crítico e integrador, para que esta promova por força de lei condições mais saudáveis para os territórios e para seus habitantes, perpassando a sua construção por meios coletivos.

Dessa forma o presente trabalho se justifica não só pela necessidade de fortalecer a discussão sobre EA para a compreensão das questões socioambientais no município, mas também destacar a importância da participação social nos processos decisórios e da articulação entre diferentes setores governamentais, bem como trazer maior visibilidade a cidade, enquanto um lócus que se preocupa não só com o ambiente, mas também com seus moradores.

Motivação Acadêmica e Pessoal

O interesse pela área ambiental vem desde antes da graduação, mas se intensificou a partir do contato com as disciplinas e com a participação em uma pesquisa de Iniciação Científica, sob o título “Acervo Digital: compartilhando conhecimentos através da divulgação das produções científicas do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu-RJ” que teve como foco uma unidade de conservação de proteção integral. Esta pesquisa foi financiada pela Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) no período de abril de 2019 a agosto de 2020.

Em 2019, ainda na graduação, cursei uma disciplina chamada Geografia e Educação Ambiental que me abriu os olhos para pensar a EA a partir de outras perspectivas. Desde então passei a produzir trabalhos em conjunto com outras autoras acerca da EA com a intenção de prosseguir com a temática no mestrado, assim como ocorre hoje. Tais trabalhos são: *O potencial encontro da educação ambiental com a literatura de cordel*; *A educação ambiental de base comunitária presente na literatura de cordel*; *Educação ambiental à luz de Tieta: a literatura como força para o Ensino de Ciências*; e *A questão ambiental à luz de Tieta*.

Nascida e criada no município de Nova Iguaçu, sempre tive o desejo de contribuir de alguma forma com minha cidade natal e a academia tem me proporcionado isso. Enquanto pesquisadora creio que o meu papel é devolver, não só para a sociedade como um todo, mas para a comunidade iguaçuana o conhecimento produzido acerca desse local. Tem sido uma realização profissional, mas também pessoal muito grande de poder participar ainda que um pouco da história de Nova Iguaçu. E a pesquisa de Mestrado, a partir do alcance dos objetivos, possibilitará uma importante contribuição.

Objetivos

O objetivo geral da pesquisa é analisar como a Educação Ambiental, enquanto política pública, pode promover o fortalecimento de uma educação participativa mais democrática e sustentável no município de Nova Iguaçu.

Os objetivos específicos e os caminhos metodológicos podem ser observados no quadro abaixo.

Quadro 1. Objetivos Específicos e Caminhos Metodológicos

Objetivos Específicos	Caminhos Metodológicos
Identificar a inserção da Educação Ambiental enquanto política pública.	Levantamento bibliográfico (artigos, dissertações e teses) com posterior leitura e escrita. Referencial bibliográfico – Educação Ambiental: Carvalho (2012), Sauvé (2005), Layrargues e Lima (2014), Educação Democrática: Freire (1987) Políticas Públicas: Souza (2006), Schmidt (2018); Políticas Públicas de Educação Ambiental: Programa Nacional de Educação Ambiental e Política Nacional de Educação Ambiental; Programa Municipal de Educação Ambiental: São Paulo (2013).
Compreender a experiência do processo de construção participativa do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) de Mesquita como um exemplo para o município de Nova Iguaçu.	Levantamento bibliográfico e análise da Política e do ProMEA; entrevistas com pessoas envolvidas na construção do ProMEA.
Analisar o processo participativo de construção do Programa Municipal de Educação Ambiental de Nova Iguaçu (ProMEA – NI).	Acompanhamento dos encontros participativos; sistematização das reuniões; mapeamento dos componentes dos grupos; entrevistas com representantes dos grupos que formam o conselho; observação e análise do tipo de macrotendência priorizada.

Fonte: Organizado pela Autora

A presente dissertação foi dividida em três capítulos. No capítulo 1, intitulado Perspectivas Teórico-Conceituais, realizamos uma análise dos conceitos que dão suporte a pesquisa. No conceito de Educação Ambiental trabalhei com os autores Guimarães (2007), Leff (2001), Carvalho (2012), Layrargues e Lima (2014), Nery-Silva (2015) e Loureiro (2007). No conceito de Participação Popular, Bordenave (1994), Millon (2010), Bonavides (2006) e Nepomuceno (2017). No conceito de Políticas Públicas, Souza (2006), Trevisan e Bellen (2008), Schmidt (2018), Andrade (2016) e Lassance (2021). No conceito de Programa Municipal de Educação Ambiental, São Paulo (2013).

No capítulo 2, intitulado Elaboração e Desdobramentos da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) e do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) de Mesquita/RJ, busca-se resgatar como ocorreu a construção da política e do programa no município de Mesquita, único município da Baixada a ter seu programa consolidado, a partir das narrativas das professoras Ana Maria Marques Santos e Débora Gusmão Brito Pires, que estiveram diretamente envolvidas no processo de elaboração e informações adicionais de uma funcionária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Mesquita, que não participou da construção do programa, mas que trouxe informações da situação atual da Política no município.

No capítulo 3, intitulado A Construção do Programa Municipal de Educação Ambiental (PROMEA) de Nova Iguaçu/RJ, buscamos analisar as primeiras etapas para a construção do programa, perpassando inicialmente por uma caracterização do município; uma apresentação geral acerca dos municípios da Região Hidrográfica II – Guandu/RJ, que também terão, espera-se, seus ProMEAs elaborados; um aprofundamento do que ocorreu nas oficinas participativas e a análise das entrevistas semiestruturadas a partir da Análise de Discurso Crítica, utilizando os autores Resende e Ramalho (2006) e Magalhães (2005).

Nas considerações finais, buscamos apontar a resposta a questão central do trabalho resgatando o que foi abordado e desvelado pelos resultados da pesquisa, bem como o que esperamos para o futuro.

CAPÍTULO 1 – PERSPECTIVAS TEÓRICO-CONCEITUAIS

Este capítulo tem como objetivo realizar uma análise teórica dos principais conceitos que servirão de aporte ao desenvolvimento desta pesquisa, a saber, a fim de compreender como se deram suas construções e como se relacionam ao fenômeno estudado. Dessa forma, serão desenvolvidos os conceitos de Educação Ambiental, Participação Popular, Políticas Públicas e Programa Municipal de Educação Ambiental.

1. Educação Ambiental

A relação sociedade-natureza ocorre desde o surgimento do homem em nosso planeta. No princípio não houve grandes transformações no espaço, pois a espécie humana se utilizava de técnicas primitivas. Ao longo do tempo, com a evolução do ser humano e, consequentemente, com o avanço do conhecimento científico as técnicas foram aprimoradas e sobrevieram novas tecnologias.

A Primeira Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra no século XVIII, representou um marco não só pela introdução de um modelo produtivo baseado nas máquinas, mas também por abrir as portas para inúmeros impactos ambientais. Diversas áreas naturais foram devastadas para a instalação de novas indústrias e a poluição da atmosfera, da água e do solo se tornaram frequentes.

A Revolução Industrial iniciada no século XVIII, e a utilização de combustíveis fósseis em larga escala trouxeram uma série de consequências, que podem ser descritas como resultado de um processo de crescimento descontrolado capaz de, eventualmente, destruir a biosfera: intensificação do efeito estufa, destruição da camada de ozônio, acidificação do solo e de águas superficiais, dissipação de substâncias tóxicas no ambiente, acúmulo de lixo radioativo, diminuição da área de florestas tropicais e da biodiversidade e etc (BIAGIO; ALMEIDA; BONILLA, 2007, p. 76, apud PAZ et al, 2015, s.n.).

Esse evento também correspondeu a consolidação do capitalismo como sistema econômico e político, que perdura até os dias de hoje. Suas características variaram conforme as diferentes fases, porém a obtenção do lucro e a acumulação de riquezas são aspectos que acompanham o capitalismo desde o seu início. E para a efetivação desses pressupostos houve a exploração tanto dos recursos naturais quanto de outros seres humanos. Exploração essa que, de maneira desenfreada, ocasionou a chamada crise socioambiental².

Identificada a partir da segunda metade do século XX, a crise socioambiental é entendida por Guimarães (2007) como uma crise societária, em que o modelo de desenvolvimento adotado é baseado “em uma visão antropocêntrica de mundo, geradora de impactos predatórios causadores dos graves desequilíbrios socioambientais da atualidade” (GUIMARÃES, 2007, p. 50). Para o autor essa visão está fundamentada em uma ciência que fragmenta, isola e simplifica a realidade. Nesse mesmo sentido, Leff (2001, p. 217) aponta que “a crise ambiental não é crise ecológica, mas crise da razão.”

² A crise socioambiental é fruto da degradação ambiental e social das chamadas sociedades modernas, em que o paradigma dominante se baseia numa em uma visão de mundo “que hierarquiza as relações dos seres humanos em sociedade, da mesma forma que separa sociedade de um lado e natureza de outro, centralizando nessa relação a figura do ser humano em uma figura antropocêntrica” (GUIMARÃES, 2007, p. 47).

Entre o final de década de 1950 e o início da década de 1970, ocorreram tragédias ambientais de grande magnitude, que chamaram a atenção para a necessidade de dar um basta na degradação ecológica, como o envenenamento das águas com metais pesados em Minamata, ilha à Sudoeste do Japão, em que humanos e animais passaram a apresentar convulsões e perda das funções motoras; a contaminação por uma substância tóxica conhecida como Dioxina na cidade de Seveso, na Itália, após a explosão de uma fábrica, que causou a morte de animais e diversos sintomas graves em humanos, entre outras catástrofes (GONÇALVES, 2017).

A partir desses acontecimentos foram realizados vários eventos internacionais que tinham como objetivos a proteção do meio ambiente e buscavam formas para prevenir a extinção dos recursos naturais. No quadro abaixo é possível observarmos os principais eventos e seus pressupostos.

Quadro 2. Principais eventos mundiais acerca do meio ambiente

Eventos	Pressupostos
<i>Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972, em Estocolmo (Suécia)</i>	<i>Considerado um marco para as discussões sobre o meio ambiente e sobre a necessidade de instituir uma educação para o mesmo. A partir dele foi construído a Declaração sobre o Ambiente Humano.</i>
<i>Encontro Internacional sobre Educação Ambiental, em 1975, em Belgrado</i>	<i>Tinha como meta definir os objetivos e a metodologia para trabalhar a Educação Ambiental. Gerou a chamada Carta de Belgrado.</i>
<i>I Conferência Intergovernamental sobre Educação para o Meio Ambiente, em 1977, em Tbilisi (Geórgia)</i>	<i>A Educação Ambiental passou a ser compreendida além dos aspectos físicos e naturais e entendida enquanto uma temática transdisciplinar nos currículos escolares.</i>
<i>II Conferência Mundial sobre Educação Ambiental, em 1987, em Moscou</i>	<i>Foi reforçado o que ficou definido na I Conferência e foram traçados Planos de Ação para a década seguinte.</i>
<i>Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, também conhecida como Rio-92 ou Eco-92</i>	<i>Estabeleceu um plano de ação na tentativa de alcançar o desenvolvimento sustentável, tendo como resultado, entre vários documentos, a criação da Agenda 21 em que governos deveriam se responsabilizar pela criação de projetos a partir de políticas que focassem na preservação do meio ambiente. Outro marco importante foi a criação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, que estipula ações éticas e conscientes para um desenvolvimento que não prejudique qualquer tipo de vida de nosso planeta.</i>
<i>II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 2012, no Rio de Janeiro, conhecida como Rio+20</i>	<i>Tinha como objetivo renovar o compromisso político acerca do desenvolvimento sustentável, analisando progressos e retrocessos desde a Eco-92.</i>

Fonte: Organizado pela Autora, adaptado de Ferreira (2021)

Após esses encontros que impulsionaram o debate acerca das questões ambientais, a Educação Ambiental (EA) passou a ser incorporada enquanto postura ética de pesquisadores, educadores, de organizações tanto governamentais quanto não, e de outros atores sociais. Embora todos tenham como preocupação o meio ambiente e como a educação pode ser um fator essencial nessa questão, os diversos sujeitos possuem distintas concepções de EA e, conseqüentemente, adotam práticas variadas.

Carvalho (2012, p. 184) aponta que:

O que interessa não é julgar qual é a boa EA, mas explicitar os diferentes pressupostos que sustentam cada uma das orientações, para, ao acionarmos uma delas, sabermos por que motivos o estamos fazendo e que resultados podemos esperar – sem esquecer que nunca controlamos completamente o processo de aprendizagem, pelo fato de ele envolver uma relação aberta com o Outro.

Assim sendo, Sauvé (2005) sistematiza quinze correntes da educação ambiental, a saber: naturalista, conservacionista/recursista, resolutiva, sistêmica, científica, humanista, moral/ética, holística, biorregionalista, prática, crítica, feminista, etnográfica, da eco-educação e da sustentabilidade.

A *naturalista* possui uma relação de aprendizagem com a natureza; a *conservacionista/recursista* pensa nos bens ambientais enquanto recursos que precisam ser conservados; para a *resolutiva* a resolução de problemas se dá pela mudança de comportamentos; na *sistêmica* a compreensão dos problemas ambientais deve partir de um olhar para cada componente de um sistema ambiental, bem como suas relações; a *científica* preza pelo uso de processos científicos (observação e verificação) para se abordar os problemas ambientais; para a *humanista* deve haver uma relação da natureza com a cultura, pois mais do que elementos físico-naturais o ambiente também é simbólico; na *moral/ética* a relação com o ambiente deve ser pautada na construção de valores éticos; para a *holística* é preciso levar em consideração as dimensões de cada ser humano e sua relação com as diferentes realidades socioambientais; a *biorregionalista* destaca a preferência e a valorização do meio regional; na *prática* a transformação das pessoas e do meio ambiente só ocorre através da ação; de *crítica social* que analisa o que se encontra na base dos problemas ambientais: “análise de intenções, de posições, de argumentos, de valores explícitos e implícitos, de decisões e de ações de diferentes protagonistas de uma situação” (SAUVÉ, 2005); a *feminista* parte da análise das relações de dominância dos homens sobre as mulheres. É preciso entender que para haver uma relação de equilíbrio com a natureza deve-se estabelecer uma relação harmônica entre homens e mulheres; na *etnográfica* a Educação Ambiental deve abarcar diferentes culturas e não impor apenas uma visão de mundo; na *ecoeducação* a relação com o meio ambiente é fator para o desenvolvimento pessoal dos indivíduos; e *da sustentabilidade* que parte de uma Educação Ambiental que pensa em um desenvolvimento não só econômico, mas sobretudo socioambiental.

No sentido de facilitar a compreensão dessas diferentes perspectivas, Layrargues e Lima (2014) abordam a EA a partir de três macrotendências: Conservadora, Pragmática e Crítica. A primeira tem como foco a sensibilização do ser humano em relação ao meio natural e compreende que a resolução das problemáticas ambientais “estaria apenas na mudança da dimensão afetiva e de comportamentos individuais em relação à natureza/meio ambiente, sustentando o antropocentrismo como paradigma dominante” (NERY-SILVA, 2015, p. 53). Possui uma visão de mundo fragmentadora e tende a reproduzir as relações de poder hegemônicas.

A Pragmática é considerada um desdobramento da Conservadora e abrange as correntes da Educação para o Desenvolvimento Sustentável e do Consumo Sustentável. Está relacionada ao chamado ecologismo de mercado, onde se buscam soluções tecnológicas para os problemas ambientais, mas sem questioná-los. Para essa concepção “a educação ambiental serviria apenas para compensar “imperfeições” no sistema produtivo, baseado no consumismo, na obsolescência programada e em produtos rapidamente descartáveis” (NERY-SILVA, 2015, p. 54).

Já a Crítica pressupõe uma ação que parte de uma reflexão e questionamento não só individual, mas também coletivo das problemáticas, partindo da realidade socioambiental dos

indivíduos. Tem forte relação com a Pedagogia Crítica, que se baseia nos pensamentos emancipatórios e democráticos. Para essa concepção, a mudança deve partir do rompimento das relações hegemônicas de poder.

Com a perspectiva crítica, entendemos que não há leis atemporais, verdades absolutas, conceitos sem história, educação fora da sociedade, mas relações em movimento no tempo-espaço e características peculiares a cada formação social, que devem ser permanentemente questionadas e superadas para que se construa uma nova sociedade vista como sustentável (LOUREIRO, 2007, p. 66).

Na presente pesquisa optamos pela vertente crítica, visto que ela parte da compreensão da realidade e busca o fortalecimento não só do pensamento crítico, mas sobretudo da ação, contribuindo para a formação de sujeitos emancipados.

1.2 A educação democrática e sustentável e sua relação com a EA

Educação significa o ato ou o processo de educar. Sua história vem desde os tempos primitivos e acompanhou todo o processo de desenvolvimento da sociedade humana. O presente item procura identificar sobre a educação a partir de um viés crítico e emancipatório, em que os sujeitos tivessem participação ativa no processo de ensino aprendizagem. Educadores como Maria Montessori, na Europa, John Dewey, nos Estados Unidos e Paulo Freire, no Brasil reivindicaram propostas neste sentido.

Para Paulo Freire, a educação pode contribuir para a democratização da vida social e das instituições políticas, na medida em que incentiva o exercício da reflexão crítica, do diálogo e das atividades em grupo, de maneira a criar uma cultura de deliberação coletiva e participação cidadã (CHAVES, 2022, n.p.).

Refletindo sobre o objetivo geral da pesquisa, faz-se indispensável analisar o que seria uma educação democrática e sustentável e qual sua relação com a EA. Na educação democrática o conhecimento é compartilhado por todos e a vivência de cada um é levada em consideração durante o processo de aprendizagem. Para Mogilka (2003, p. 21) “não há como fundamentar uma educação democrática sem uma crítica radical ao modelo predominante.” Modelo esse denominado por Freire (1987) como educação bancária, em que o indivíduo é apenas um receptor de informações.

Para uma educação democrática, o processo de ensino e aprendizagem vai muito além de apenas transmitir e receber conhecimentos. Está relacionado, sobretudo, a uma perspectiva construtiva e plural, em que o saber se constrói na conexão entre todos os envolvidos na prática pedagógica

Uma educação verdadeiramente sustentável transcende mudanças de comportamento ou ações pontuais (reciclagem, replantio etc.). Ela deve nos levar a reflexão da crise socioambiental em que estamos inseridos, crise essa influenciada por várias dimensões, dentre elas a histórica, a cultural, a política, entre outras, compreendendo-a enquanto um problema de ordem ética. Mas para isso, primeiro precisamos compreender um pouco sobre o conceito de sustentabilidade.

Vale destacar que o termo Desenvolvimento Sustentável passou a ser difundido na década de 1980 no Relatório Brundtland, intitulado Nosso Futuro Comum. Tal termo se refere a tentativa de equilibrar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento ambiental, de modo que não comprometa as necessidades das gerações futuras.

Com o passar dos anos a discussão sobre sustentabilidade se expandiu e hoje se tornou um tema central, seja nas questões econômicas, políticas, ambientais ou mesmo sociais. Mas é preciso ter cuidado com esse conceito e com a forma de utilizá-lo, pois nem tudo que se diz sustentável realmente o é.

É preciso examinar as contradições ideológicas, sociais e institucionais do próprio discurso da sustentabilidade, bem como examinar suas distintas dimensões, para transformá-las em critérios objetivos de política pública, fugindo, assim, ao nível da pura retórica (GUIMARÃES, 1997, P. 17 APUD RUA, OLIVEIRA E FERREIRA, 2007, P. 10).

Para Ignacy Sachs as dimensões podem ser social, ambiental, territorial, econômica e política, cada uma com suas características, mas fundamentais para se alcançar a plenitude do desenvolvimento sustentável. Sachs também estipula alguns critérios para a sustentabilidade:

1. **Social:** obtenção de um nível razoável de homogeneidade social; distribuição de renda justa; emprego pleno e/ou autônomo com boa qualidade de vida; igualdade de acesso aos recursos e serviços sociais.
2. **Cultural:** mudanças no interior da comunidade, isto é, equilíbrio e respeito à tradição e a inovação; autonomia para o desenvolvimento de um projeto nacional integrado e endógeno; autoconfiança aliada com abertura frente o mundo.
3. **Ecológica:** preservação da capital natureza na sua produção de recursos renováveis; limite sobre o uso de recursos não-renováveis;
4. **Ambiental:** respeito e realce da capacidade de autodepuração dos ecossistemas naturais.
5. **Territorial:** balanceamento nas configurações urbanas e rurais, eliminando o privilégio da zona urbana na alocação dos serviços públicos; melhoria do meio ambiente urbano; superação das disparidades inter-regionais; estratégias de desenvolvimento ambientalmente seguras sobre áreas ecologicamente frágeis.
6. **Econômico:** desenvolvimento econômico intersetorial equilibrado; segurança alimentar; modernização contínua dos mecanismos de produção; maior autonomia na pesquisa científica e tecnológica; autonomia face à política internacional.
7. **Política nacional:** democracia fundada na apropriação universal dos direitos humanos; capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com os empreendedores; bom nível de coesão social;
8. **Política internacional:** eficácia no sistema de prevenção de guerras da ONU na garantia da paz e cooperação internacional; um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento baseado no princípio da igualdade; controle efetivo do sistema financeiro internacional e negócios; controle institucional na aplicação do Princípio na Precaução na gestão do meio ambiente e recursos naturais, proteção da diversidade biológica e gestão do patrimônio global; sistema de cooperação científica e tecnológica internacional, manutenção do caráter de commodity da ciência e tecnologia (SACHS, 2008 APUD ALVES, 2018, P. 499-500).

Ou seja, é preciso repensar questões que se tornaram comuns em nossa sociedade se quisermos alcançar a sustentabilidade. Guimarães (1997 apud Rua, Oliveira e Ferreira, 2007) também destaca que existem várias sustentabilidades: ecológica, ambiental, planetária, demográfica, cultural, social, política e institucional.

Segundo Rua, Oliveira e Ferreira (2007, p. 10) essas diversas sustentabilidades, tanto de Sachs quanto de Guimarães, “são, fundamentalmente, espaciais, por estarem sujeitas a movimentos de apropriação e/ou dominação consoante a sociedade em que estejam inseridas.” Nesse sentido os autores apontam que cada grupo social deve instituir seus padrões de desenvolvimento e também de sustentabilidade, o que eles chamam de “espaço feito território”.

Sendo motivados pelos desafios lançados pela necessária atualização conceitual a outras formas de participação política, é que falamos de sustentabilidades e desenvolvimentos. Queremos com isso enfatizar as possibilidades múltiplas colocadas para a “criação” em cada sociedade, das condições que devem definir seu “desenvolvimento sustentável”, integrado às especificidades de cada matriz cultural e territorial (RUA, 2007, p. 30).

Assim, fica claro que um território não precisa ser igual ao outro para se chegar a sustentabilidade, pois cada um possui suas especificidades, bem como suas identidades. A esse respeito Haesbaert (2004) afirma que todo território é sempre funcional e simbólico, “pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados.”

Pensar na elaboração de políticas públicas para um território envolve sempre pensar nas singularidades e identidades que o constituem, respeitar o modo de vida e o conhecimento inerente aos grupos sociais que ali vivem, bem como convidá-los a participar do processo, de modo a validar e valorizar a visão de mundo de cada indivíduo.

Dessa forma tanto a educação democrática quanto uma visão para diferentes sustentabilidades se associam a educação ambiental quando esta se encontra em uma dimensão crítica, em que a “emancipação é a finalidade primeira e última de todo o processo educativo que visa a transformação social” (LOUREIRO, 2017, p. 70), bem como somente com a superação das relações hegemônicas é que será possível construir uma sociedade vista como sustentável.

2. Participação Popular

Participar vem do latim *participare* e significa fazer parte de alguma coisa ou ato de informar ou receber uma informação. A participação é intrínseca a vida do ser humano desde os seus primórdios e se constitui em uma necessidade fundamental, assim como se alimentar e dormir.

A participação é o caminho natural para o homem exprimir sua tendência inata de realizar, fazer coisas, afirmar-se a si mesmo e dominar a natureza e o mundo. Além disso, sua prática envolve a satisfação de outras necessidades não menos básicas, tais como a interação com os demais homens, a auto-expressão, o desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criar e recriar coisas, e, ainda, a valorização de si mesmo pelos outros (BORDENAVE, 1994, p. 16).

Quando analisamos o significado de participação – “fazer parte de alguma coisa” – podemos nos questionar o que isso quer dizer e qual a influência para quem está envolvido. O ser humano faz parte de grupos como a família, de amizade, sindicatos, partidos políticos entre outros. Nesse sentido Bordenave (1994) destaca a necessidade da distinção de microparticipação e macroparticipação.

Na microparticipação as pessoas se associam sem a intenção única de tirar proveitos individuais, já a macroparticipação implica em algo maior. Além da participação familiar ou em associações (micro), o indivíduo se envolve em questões socioeconômicas, políticas entre outras.

A macroparticipação, isto é, a participação macrossocial, compreende a intervenção das pessoas nos processos dinâmicos que constituem ou modificam a sociedade, quer dizer, na história da sociedade. Sua conceitualização, por conseguinte, deve incidir no que é mais básico na sociedade, que é a produção dos bens materiais e culturais, bem como sua administração e seu usufruto (BORDENAVE, 1994, p. 24).

Portanto não basta apenas produzir e usufruir, a população também precisa gerenciar essa produção. Sem isso não se pode dizer que haja uma verdadeira participação social ou popular. Mas não podemos falar sobre participação popular sem pensarmos em democracia e sua evolução ao longo da história. “A democracia, com essa nomenclatura, já é conhecida de

todos, desde a época da Grécia antiga, em que caracterizava-se pela participação direta dos cidadãos nos atos de governança” (MILLON, 2010, p. 60).

Nessa época não havia representantes do povo, a população agia diretamente nas decisões políticas das Cidades-Estados. Para os gregos, o povo deveria governar para o povo. Segundo Bonavides (2006), existem três tipos de democracia, a direta, que foi essa exercida pelos gregos; a indireta ou representativa, onde o povo delega todo o poder decisório aos representantes; e a semidireta, onde há a ação de representantes, mas a população também interfere nas decisões políticas, através de mecanismos estabelecidos pelo Estado. É o que ocorre no Brasil desde a Constituição de 1988.

A Constituição Federal de 1988 adotou a democracia semidireta, com previsão expressa da soberania popular, exercida através de iniciativa popular de lei, plebiscito e referendo, além do sufrágio universal através do voto direto e secreto, deixando claro que o Estado brasileiro não aceita a ideia de poder estatal ilimitado e sem mecanismos de controle (MILLON, 2010, p. 62).

Uma democracia participativa se caracteriza justamente por essa influência popular nos processos decisórios e vai muito além de uma simples representatividade, mas um fortalecimento das relações entre o povo e o Estado (MILLON, 2010). E isso também age na construção de uma verdadeira cidadania, já que “por intermédio da participação, o indivíduo desenvolve a capacidade de ser senhor de si mesmo” (NEPOMUCENO, 2017, p. 106).

Não obstante, Nepomuceno (2017) alerta para o fato de que há um risco de que o movimento de participação popular acabe servindo aos interesses de um projeto hegemônico, visto que são essas forças que sustentam essa participação. Para a autora é preciso pensar em um processo participativo contra hegemônico e que auxilie no sentido de desvelar as relações de poder impregnadas em nossa sociedade.

Atitudes participativas democráticas potencializam a capacidade de atuação/transformação do sujeito no processo social, direcionando essas ações para a construção de um novo modelo de sociedade pautado em uma nova ética nas relações entre os seres humanos e, consequentemente, entre eles e a natureza (NEPOMUCENO, 2017, p. 106).

Dessa forma, quanto maior o grau de participação popular, maiores as chances de transformação da sociedade e, por conseguinte, maior eficácia na elaboração de políticas que verdadeiramente atendam às necessidades sociais, dentre elas, sobretudo, as ambientais que beneficiam a todos.

3. As Políticas Públicas e a Educação Ambiental

3.1 Conceito e características de Políticas Públicas

A discussão sobre políticas públicas tem seu surgimento de formas diferentes no contexto norte-americano, no europeu e no brasileiro. Nos EUA surge enquanto disciplina e ramo da Ciência política na década de 1950, mas “sem estabelecer relações com as bases teóricas sobre o papel do Estado, passando direto para a ênfase nos estudos sobre a ação dos governos” (SOUZA, 2006, p. 22). Teve grande ênfase a partir do fim dos anos de 1970 com a crise do chamado “estado de bem-estar” em que se proliferaram instabilidades econômicas, políticas e sociais, sendo o “Estado fortemente questionado tanto em suas funções quanto na eficácia de suas ações interventoras na realidade social” (TREVISAN e BELLEN, 2008, p. 530).

Já na Europa, tendo como base sua cultura e tradição acadêmica, “as pesquisas de políticas públicas avançaram na década de 1970 como desdobramento de teorias explicativas sobre o papel do Estado e do governo” (SCHMIDT, 2018, p. 120). No Brasil esse debate é recente, a partir da década de 1980, estando relacionado ao processo de redemocratização. Teve grande aprofundamento nos anos 2000 nas diversas ciências sociais.

Segundo Schmidt (2018) há incontáveis formas de se definir o termo políticas públicas dentro da literatura da ciência política, porém um conceito em especial se destaca: “políticas públicas são respostas do poder público a problemas políticos” (SCHMIDT, 2018, p. 122). Melhor dizendo, é a forma como o Estado age frente a questões de ordem pública que demandam soluções.

Não há definição de políticas públicas precisa e universal (...). Há uma visão comum de que as políticas públicas envolvem o processo de fazer escolhas e os resultados das escolhas; de que o que faz as políticas públicas realmente “públicas” é que essas escolhas se baseiam nos poderes coercitivos do Estado, e que, em sua essência, política pública é uma resposta a um problema percebido” (SMITH e LARIMER, 2009, p.4 apud BRASIL e CAPELLA, 2016, p. 74-75).

Para Souza (2006, p. 26),

Pode-se resumir política pública como o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, “colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente). A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos democráticos traduzem seus propósitos e plataformas eleitorais em programas e ações que produzirão resultados ou mudanças no mundo real.

Sendo assim as políticas públicas afetam a todos os cidadãos, já que sua principal característica é solucionar problemas coletivos dentro da sociedade. Elas são definidas pelo Poder Legislativo (deputados e vereadores) e colocadas em prática pelo Poder Executivo.

Nesse processo, cabe aos servidores públicos oferecer as informações necessárias ao processo de tomada de decisão dos políticos e posteriormente, executar as políticas públicas definidas. Por esse motivo, o funcionalismo público é um elemento essencial para o bom desempenho das diretrizes adotadas pelo governo (ANDRADE, 2016, n.p.).

Mas é importante lembrar que tais políticas, embora sejam ações de um governo, devem contar com a participação da sociedade. Assim é essencial que os indivíduos estejam cientes de como se constrói uma política pública, como será sua instituição, os interesses por trás dessa construção, bem como de que maneira ela os atingirá ou não.

A importância “prática” do estudo das políticas públicas compreende diversos aspectos, entre os quais vale ressaltar a eficácia da participação cidadã e o discernimento frente às complexidades da gestão pública. A compreensão bem embasada das políticas permite a ação cidadã mais qualificada e mais potente. É fundamental que o cidadão conheça e entenda os mecanismos e a previsão legal das políticas públicas que o afetam, quem participou de sua formulação, como estão sendo implementadas, quais interesses estão sendo contemplados e quais não estão, as principais forças envolvidas, os espaços de participação existentes, os possíveis aliados e os adversários. Por outro lado, o estudo científico das políticas permite perceber a complexidade que envolve a gestão pública, evitando simplificações e reducionismos, que frequentemente levam ao entusiasmo por soluções autoritárias (SCHMIDT, 2018, p. 122).

Para Andrade (2016) o conceito de políticas públicas pode possuir dois sentidos diferentes. O primeiro é um sentido político, onde a política pública é encarada como um

processo de decisão e, assim, por meio das políticas públicas o governo decide o que fazer ou não fazer. Já o segundo sentido está relacionado a um ponto de vista administrativo, em que as políticas públicas seriam um conjunto de projetos, programas ou outras atividades realizadas pelo governo.

Outro ponto que vale ressaltar é que a política pública pode ser tanto uma política de Estado quanto de um governo. No primeiro caso se refere a uma política que deve ser realizada independente de quem está no poder, uma vez que é amparada pela Constituição. Enquanto que a política de governo se refere a um governo específico e pode mudar com o fim desse governo (ANDRADE, 2016).

O planejamento e a execução das políticas públicas ocorrem a partir de algumas etapas, que formam um ciclo. Abaixo podemos visualizar um esquema de como é o ciclo de formação das políticas públicas.

Figura 1. Ciclo de Formação das Políticas Públicas



Fonte: www.politize.com.br/ciclo-politicas-publicas

A primeira fase consiste na Formação da Agenda, a qual relaciona-se ao planejamento, tendo como base os problemas que chamam mais a atenção e que são vivenciados de fato pela população. Na Formulação de Políticas é onde será definido o objetivo dessa política, bem como os programas e ações que serão desenvolvidos. Aqui vale ressaltar a diferença entre políticas e programas. As políticas dizem respeito a solução de um problema em específico, baseada em uma explicação lógica do motivo desse problema, e os programas são as formas de implementação dessas políticas, “são o espaço de detalhamento no qual se consegue, com maior

refinamento, focalizar o público-alvo, estimar recursos, escolher indicadores e definir metas” (LASSANCE, 2021, p. 64).

Política pode ser conceituada como uma proposta institucionalizada de solução de um problema central, orientada por uma concepção. Podemos chamar essa concepção de teoria, quando for fundamentada por uma explicação lógica, ou seja, quando for capaz de ligar causas e consequências explicativas (isto é, que respondam o porquê desse problema central. (...) Programa é, precisamente, a solução dada a cada um dos problemas causais que explicam o problema central da política (LASSANCE, 2021, p. 63).

Para Lassance (2021) a ideia de que a política é algo que o governo faz ou deixa de fazer não é tão correta, uma vez que o autor afirma que a política antecede a ação. Ela se constitui enquanto regra, uma concepção que define um caminho para a ação.

A institucionalização é um conceito essencial à definição de política também porque esse processo perpassa outros Poderes. Afinal, institucionalizar regras de política requer (em democracias, obviamente) a aprovação legislativa e aquiescência judiciária quanto à sua legalidade (LASSANCE, 2021, p. 63).

Outra diferenciação importante que deve ser feita é entre Programas e Planos. Os Programas como vimos são as diretrizes ou orientações acerca de um determinado tema. No caso de Programas Municipais de Educação Ambiental, eles se constituem de orientações de qual perspectiva de Educação Ambiental deve ser trabalhada dentro do município. Já os Planos se referem as ações que serão tomadas para que de fato este tipo Educação Ambiental seja implementada no município, usando o exemplo anterior.

No Processo de Tomada de Decisão será estabelecido o curso da ação escolhida. A Implementação da Política é a prática daquilo que foi planejado e, por fim, mas não menos importante, a fase de Avaliação, que se destina a análise do andamento da política. Nessa etapa pode-se corrigir possíveis falhas para que a política seja melhor efetivada, assim como observar se haverá a necessidade de partir do zero e construir outra política.

Compreendendo-as enquanto produtos de interesses organizados para um fim em específico, as Políticas Públicas podem ser classificadas em várias tipologias, entretanto a mais conhecida é a de Theodore Lowi³, que as divide em quatro categorias: Distributivas, Regulatórias, Redistributivas e Constitutivas. No quadro abaixo podemos ver as características de cada uma e seus respectivos exemplos.

³ Theodore J. Lowi (1931-2017) foi um cientista político norte-americano que desenvolveu pesquisas sobre o governo e as políticas públicas.

Quadro 3. Tipologia das políticas públicas

<i>Tipo de Política</i>	<i>Características</i>	<i>Exemplos</i>
<i>Distributivas</i>	<i>Conhecidas como políticas sociais, estão relacionadas ao fornecimento de serviços, bens ou quantias a uma parcela da população.</i>	<i>O atual Auxílio Brasil, as cotas nas universidades etc.</i>
<i>Regulatórias</i>	<i>Relacionadas a criação de legislação e regulamentos que assegurem o bem de todos. Responsável pela normatização das políticas distributivas e redistributivas.</i>	<i>Regulações de trânsito, a LDB (Leis de Diretrizes e Bases) etc.</i>
<i>Redistributivas</i>	<i>Relacionadas a realocação de bens, serviços ou quantias de outros setores para grupos específicos da sociedade.</i>	<i>Isenção ou diminuição do IPTU para camadas sociais mais pobres, financiamento estudantil etc.</i>
<i>Constitutivas</i>	<i>De maneira geral, regulamentam a própria criação das políticas públicas. Relacionadas ao estabelecimento e distribuição da responsabilidade entre municípios, estados e Governo Federal, além de estipular competências e formas de participação social.</i>	<i>As regras do sistema eleitoral, a lei que obriga os municípios a cadastrarem interessados no Programa Minha Casa, Minha Vida etc.</i>

Fonte: Organizado pela Autora, adaptado de Inteligov (2020)

Em relação as políticas públicas de educação EA, pode-se dizer que elas são regulatórias, mas também constitutivas. Diante do exposto é preciso deixar bem claro que a construção de uma política pública não é uma construção aleatória, mas sim o resultado de uma situação que já se mostrava incômoda anteriormente, seja em qualquer setor da sociedade.

3.2 Políticas Públicas de Educação Ambiental

Como vimos as políticas públicas são criadas para atender demandas que afetam a sociedade ou partes dela e a EA também se caracteriza enquanto uma política “por possuir dois elementos fundantes: a intencionalidade pública e a resposta a um problema público” (SECCHI, 2011 apud PAIXÃO e SILVA, 2019, p. 96).

O início do percurso das políticas públicas de EA no Brasil se deu a partir da década de 1970 em um contexto de ditadura militar, mas marcado por pressões de um incipiente movimento ecológico, que na década seguinte se tornaria, junto com outros movimentos sociais, o principal influenciador das discussões ambientais em nosso país.

Podemos dizer que a EA é herdeira direta do debate ecológico e está entre as alternativas que visam construir novas maneiras de os grupos sociais se relacionarem com o meio ambiente. A formulação da problemática ambiental foi consolidada primeiramente pelos movimentos ecológicos. Estes foram os principais responsáveis pela compreensão da crise como uma questão de interesse público, isto é, que afeta a todos e da qual depende o futuro da sociedade (CARVALHO, 2012, p. 51).

A institucionalização da EA se deu com a criação da Secretaria Especial de Meio Ambiente (SEMA), em 1973, que tinha como objetivo a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais. Mas a partir da década de 1980, com o processo de redemocratização, despontaram outras políticas que ao longo do tempo foram fortalecendo a discussão sobre a educação ambiental, conforme podemos ver no quadro a seguir.

Quadro 4. Principais políticas públicas ambientais a partir da década de 1980

1981 – Política Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 6.938/81): inclusão da EA em todos os níveis de ensino.
1988 – Inclusão da EA como direito de todos e dever do Estado no capítulo de meio ambiente da Constituição.
1989 – Criado o Fundo Nacional de Meio Ambiente (Lei nº 7.797/89, que apoia projetos de EA.
1992 – Criado o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e os Núcleos de EA do Ibama e dos Centros de Educação Ambiental pelo Ministério da Educação (MEC).
1994 – Criação do Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea) pelo MEC e pelo MMA.
1995 – Câmara Técnica Temporária de EA do CONAMA.
1997 – Elaboração dos Parâmetros Curriculares definidos pela Secretaria de ensino Fundamental do MEC, em que “meio ambiente” é incluído como um dos temas transversais.
1999 – Aprovação da Política Nacional de EA pela Lei nº 9.795, e criação da Coordenação-Geral de EA do MEC e da Diretoria de EA no MMA.
2000 – Criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)
2001 – Implementação do Programa Parâmetros em Ação: meio ambiente na escola, pelo MEC.
2002 – Regulamentação da Política Nacional de EA (Lei nº 9.795/99) pelo Decreto nº 4.281.
2003 – Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de EA reunindo MEC e MMA.
2006 – Elaboração do Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP).
2010 – Resolução Conama nº 422: Estabelece diretrizes para as campanhas, ações e projetos de Educação Ambiental.
2011 – Recomendação Conama nº 11: Recomenda diretrizes para a implantação, funcionamento e melhoria da organização dos Centros de Educação Ambiental (CEA).
2012 – Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação: Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
2012 – Recomendação Conama nº 14: Recomenda a adoção da Estratégia Nacional de Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação (ENCEA).
2015 – Portaria Interministerial nº 390: Implementação do Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente (PNJMA).
2018 – Instrução Normativa nº 19: Implementação da Educação Ambiental nas Unidades de Conservação.
Marco legal da EA
Lei nº 9.394/96: Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.795/99: Política Nacional de Educação Ambiental Decreto nº 4.281 – Criação do Órgão Gestor

Fonte: Carvalho (2012); Rosa, Sorrentino e Raymundo (2022)

O objetivo aqui não é detalhar acerca da criação e objetivos de cada política, visto que já existem muitos trabalhos que fazem esse aprofundamento, mas sim destacar duas que auxiliam a entender melhor a proposta do presente trabalho: o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA) e a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), uma vez que o PRONEA foi o primeiro documento que trouxe diretrizes com foco na sustentabilidade para o desenvolvimento das cidades e a PNEA que se constitui como alicerce para uma primeira análise da EA enquanto política pública, já que ela é a base para a formulação de políticas estaduais e municipais.

3.2.1 Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA)

O Programa Nacional de Educação Ambiental foi criado em 1994, sendo revisto algumas vezes no início dos anos 2000, com a forma de escrita alterada para ProNEA, e pela última vez em 2018, por meio de processo participativo e coordenado em conjunto com a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), o que denota uma evolução na construção das políticas públicas ambientais.

A REBEA, criada no contexto da Rio-92, é uma rede que articula educadores e organizações que atuam com educação ambiental por todo o país. Tem como tarefa “promover um amplo debate sobre os caminhos da educação ambiental no Brasil, apontando prioridades, métodos, técnicas, público alvo e estratégias de fortalecimento da atuação dos educadores ambientais” (REBEA, s.d.).

A estrutura do ProNEA se dá da seguinte forma: Apresentação, Justificativa, Antecedentes, Diretrizes, Princípios, Missão, Objetivos, Públicos, Linhas de Ação, Estrutura Organizacional e Anexos (1 ao 8). Objetivando o desenvolvimento de uma educação ambiental preocupada com a construção de cidades sustentáveis,

o ProNEA assume a missão de contribuir para um projeto de sociedade que promova a integração dos saberes nas dimensões ambiental, ética, cultural, social, política e econômica, promovendo a dignidade, o cuidado e a valorização de toda forma de vida no planeta (BRASIL, 2018, s.n.).

Sua perspectiva de sustentabilidade é baseada no Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global e compreende cinco linhas de ação: Gestão e planejamento da educação ambiental; Formação de gestores e educadores; Comunicação para educação ambiental; Educação ambiental nas instituições de ensino; e Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental.

Possui as seguintes diretrizes:

- Transversalidade, transdisciplinaridade complexidade.
- Descentralização e articulação espacial e institucional, com base na perspectiva territorial.
- Sustentabilidade socioambiental.
- Democracia, mobilização e participação social.
- Aperfeiçoamento e fortalecimento dos Sistemas de Educação (formal, não formal e informal), Meio Ambiente e outros que tenham a interface com a educação ambiental.
- Planejamento e atuação integrada entre os diversos atores do território.

O ProNEA propõe um constante exercício de transversalidade para internalizar, por meio de espaços de interlocução bilateral e múltipla, a educação ambiental no conjunto do governo, nas entidades privadas e no terceiro setor; enfim, na sociedade como um todo. Incentiva e potencializa o diálogo interdisciplinar entre as políticas setoriais e a participação qualificada nas decisões sobre investimentos, monitoramento e avaliação do impacto de tais políticas (BRASIL, 2018, p. 23).

Nesse ínterim é fundamental a formulação e a implementação de políticas públicas de EA que fortaleçam essa transversalidade.

3.2.2 Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA)

Diferentemente do que ocorre no geral, onde as políticas são construídas primeiro que os programas, a Política Nacional de Educação Ambiental só foi aprovada cinco anos após a criação do PRONEA, em 1999, sendo regulamentada apenas em 2002 pelo Decreto nº 4.281/02. É por meio dessa lei federal (Lei nº 9.795/99) que a EA é regimentada em nosso país.

Nepomuceno (2017, p. 73) destaca que:

Para serem formuladas políticas estaduais e municipais de EA, a PNEA deve ser tomada como base, o que justifica a escolha desse documento para uma primeira análise da EA enquanto política pública. Nesse sentido, esta é a principal política pública de EA no âmbito federal, diretriz para a elaboração de políticas públicas em outros níveis de organização de governabilidade.

Logo de início, a PNEA define educação ambiental como:

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999, Art. 1).

Como podemos observar, esse conceito tende a caracterizar uma educação ambiental do tipo conservadora, que responsabiliza os indivíduos pelo bem estar do meio ambiente, porém “como é fruto da conjuntura política dos anos de 1990, essa lei reflete a ideologia política predominante em que a ênfase no indivíduo é umas das características principais do ideário neoliberal (NEPOMUCENO, 2017, p. 74).

Essa lei também determinou o desenvolvimento da EA no ensino formal, desde a educação básica até o ensino superior. “A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (Art. 10. Lei 9.795/99). Conquanto esteja na lei, não é isso que tem ocorrido, principalmente na educação básica, que tem como norteadora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implantada em 2017, na qual nem se menciona sobre EA.

Os princípios básicos da EA (Art. 4º) dentro da lei expressam uma perspectiva mais crítica e plural, conforme podemos ver a seguir:

- ❖ O enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;
- ❖ A concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;

- ❖ O pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- ❖ A vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- ❖ A garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- ❖ A permanente avaliação crítica do processo educativo;
- ❖ A abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- ❖ O reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

Para Secco, Neto e Neiman (2022, p. 52):

A elaboração de qualquer Política Pública relativa à Educação Ambiental, deve se debruçar exaustivamente a esses princípios, e mais do que isso, ser prioridade pois é estruturante à sociedade sermos e termos cidadãos(ãs) que, devidamente (in)formados(as), não mais seguirão com o modo de vida afastado da sustentabilidade e não mais tolerarão agressões e degradações ao meio ambiente e injustiças sociais.

Dessa forma, precisamos fazer acontecer uma educação ambiental a partir de uma concepção crítica, que nos leve a refletir, compreender e agir acerca das problemáticas ambientais e sociais, “tanto em sua contradição histórica imposta pelo modo de produção capitalista de apropriação privada de um bem comum, quanto em suas múltiplas dimensões, considerando o meio ambiente como conjunto de inter-relações desiguais e de dominação entre o mundo natural e o social” (NEPOMUCENO, 2017, p. 75).

4. Programa Municipal de Educação Ambiental

Como compreendemos anteriormente, a PNEA é a base para a formulação e implantação das leis estaduais e municipais, bem como essas leis servirão de aporte a construção de planos e programas de educação ambiental. À vista disso, foi estabelecida a Lei nº 3.325 de 17 de Dezembro de 1999, que dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a lei federal nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

A Política Estadual de Educação Ambiental, conforme o Artigo 7º, “engloba o conjunto de iniciativas voltadas para a formação de cidadãos e comunidades capazes de tornar compreensíveis a problemática ambiental e de promover uma atuação responsável para a solução dos problemas ambientais.”

Além disso:

Engloba, em sua esfera de ação, instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino do estado e dos municípios, de forma articulada com a União, com os órgãos e instituições integrantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e organizações governamentais e não-governamentais com atuação em educação ambiental (BRASIL, 1999, Art. 8).

Os objetivos e princípios da EA partem de uma visão crítica, plural e participativa, abrangendo olhares inter, multi e transdisciplinares. “A educação ambiental deve ser objeto da atuação direta tanto da prática pedagógica, bem como das relações familiares, comunitárias e dos movimentos sociais” (BRASIL, 1999, Parágrafo Único).

O Programa Estadual de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro (ProEEA-RJ), também instituído pela Lei nº 3.325/1999, foi construído a partir de um processo participativo, iniciado em 2009 e concluído em 2018. O documento foi elaborado a partir de

um amplo debate com educadores de escolas estaduais, municipais e da rede privada e representantes da sociedade civil, além de organismos como o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN).

Possui como missão “fortalecer a Educação Ambiental como prática político-pedagógica de construção coletiva da cidadania com a luta pelos direitos em defesa da sustentabilidade da vida e do uso dos recursos naturais” (BRASIL, TEXTO BASE, 2009, p.3).

Já o Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) se consolida a partir da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), esta última sendo muito importante, pois “é a ferramenta que vai trabalhar o entendimento que o município possui sobre a educação ambiental.” (SÃO PAULO, 2013, n.p). Tanto o ProMEA quanto a PMEa precisam estar de acordo com Política Nacional de Educação Ambiental, com o Decreto que a regulamenta e com a Política Estadual de Educação Ambiental.

Aqui cabe ressaltar que nem sempre a política virá antes do programa, muitas vezes ela será construída posteriormente ou concomitantemente, como é o caso do ProMEA de Nova Iguaçu.

O ProMEA pode ser entendido como um instrumento que deve promover o desenvolvimento sustentável no município, através da implementação de uma política de educação ambiental, em que os cidadãos precisam estar envolvidos com as ações realizadas em âmbito municipal.

O Programa Municipal de Educação Ambiental estabelece diretrizes, objetivos, potenciais participantes, linhas de ação e metas que nortearão os projetos e as ações de Educação Ambiental do Município. O Programa tem como base o envolvimento da sociedade, propiciando o desenvolvimento de uma postura crítica e reflexiva, visando à ampliação da consciência para a participação da sociedade nas tomadas de decisão na gestão do meio ambiente (SÃO PAULO, 2013, n.p).

Dessa maneira é essencial que a construção do ProMEA ocorra de forma coletiva, que vise um processo participativo em que haja a contribuição de diversos setores da sociedade. Pois o entendimento das necessidades de um município parte daqueles que vivenciam a realidade local.

Assim, a realização de um diagnóstico da situação ambiental do município permite “a definição de prioridades de ação em nível local, que levem ao desencadeamento de processos educativos em todo o município” (SÃO PAULO, 2013, n.p). Com o engajamento social, esse diagnóstico vai desvelar as diversas propostas de educação ambiental e ao mesmo tempo facilitar a articulação entre setores e iniciativas distintas, o que é de suma importância para a implantação de um ProMEA.

Torna-se importante demonstrar os municípios do Estado do Rio de Janeiro que possuem ProMEAs já estabelecidos ou com propostas de implantação. O quadro a seguir apresenta municípios de diversas regiões do Estado com proposta de implantação de um ProMEA. Tais informações foram buscadas inicialmente no Google e logo após houve o redirecionamento para os portais das prefeituras dos respectivos municípios.

Quadro 5. Municípios com proposta de implantação do ProMEA

<i>Município</i>	<i>Região</i>
<i>Petrópolis</i>	<i>Metropolitana</i>
<i>Santa Maria Madalena</i>	<i>Serrana</i>
<i>Cordeiro</i>	<i>Serrana</i>
<i>Macaé</i>	<i>Norte Fluminense</i>
<i>Engenheiro Paulo de Frontin</i>	<i>Centro-Sul Fluminense</i>
<i>Mendes</i>	<i>Centro-Sul Fluminense</i>
<i>Miguel Pereira</i>	<i>Centro-Sul Fluminense</i>
<i>Piraí</i>	<i>Médio Paraíba</i>
<i>Barra do Piraí</i>	<i>Médio Paraíba</i>
<i>Rio Claro</i>	<i>Médio Paraíba</i>
<i>Resende</i>	<i>Médio Paraíba</i>
<i>Mangaratiba</i>	<i>Costa Verde</i>
<i>Rio das Ostras</i>	<i>Baixada Litorânea</i>
<i>Rio Bonito</i>	<i>Metropolitana</i>
<i>Itaguaí</i>	<i>Metropolitana</i>
<i>Queimados</i>	<i>Metropolitana</i>
<i>Nova Iguaçu</i>	<i>Metropolitana</i>
<i>Seropédica</i>	<i>Metropolitana</i>
<i>Japeri</i>	<i>Metropolitana</i>
<i>Paracambi</i>	<i>Metropolitana</i>

Fonte: Organizado pela Autora, adaptado de CEPERJ (2019)

Quadro 6. Municípios com ProMEA estabelecido

<i>Município</i>	<i>Região</i>
<i>Mesquita</i>	<i>Metropolitana</i>
<i>Armação dos Búzios</i>	<i>Baixada Litorânea</i>
<i>Bom Jesus do Itabapoana</i>	<i>Noroeste Fluminense</i>
<i>Vassouras</i>	<i>Centro-Sul Fluminense</i>
<i>Rio de Janeiro</i>	<i>Metropolitana</i>

Fonte: Organizado pela Autora, adaptado de CEPERJ (2019)

No quadro acima (5) encontram-se os municípios que já possuem ProMEA estabelecido. Aqui vale destacar a dificuldade em obter os documentos de Mesquita e Vassouras, que não foram encontrados mesmo após diversas buscas nas páginas de suas prefeituras. Só foi possível encontrar na internet os ProMEAs dos municípios de Armação dos Búzios, de Bom Jesus do Itabapoana e do Rio de Janeiro, este último apenas o texto base, praticamente sem informações que se possa referenciar bibliograficamente.

Aqui precisamos nos questionar o porquê dessas informações não estarem disponíveis, uma vez que são políticas que foram construídas após mobilização social e que receberam investimentos para sua elaboração. Tem a obrigação de estarem publicizadas, mas a quem interessa essa ausência de informações? Uma perspectiva crítica de EA também perpassa por desvelar situações como essas, que a princípio pode parecer um descaso inocente, mas revelam propósitos dominantes, uma vez que a construção de políticas públicas envolvem interesses de atores diversos. Atores esses que em um momento podem se mostrar dispostos ao desenvolvimento de algo por estarem em um cargo de gestão, por exemplo, e no momento seguinte, fora desse cargo, não quererem mais estar ligados a isso.

Diante do que foi exposto até aqui podemos perceber o valor que as políticas públicas de educação ambiental agregam para a sociedade e sua implementação através dos programas, sobretudo os municipais. Mas também entendemos que, muitas vezes, interesses dominantes podem estar por trás não só da elaboração dessas políticas como da supressão de informações acerca delas.

Como forma de exemplo de elaboração e desenvolvimento uma política pública, o capítulo seguinte traz a análise da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA) e do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) de Mesquita que pode funcionar como inspiração para a elaboração do ProMEA de Nova Iguaçu ou de outros municípios da Baixada Fluminense.

CAPÍTULO 2 – ELABORAÇÃO E DESDOBRAMENTOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PMEA) E DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PROMEIA) DE MESQUITA/RJ

O presente capítulo fez a análise de como ocorreu o processo de construção da Política e do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) do município de Mesquita, com o intuito de servir como exemplo e inspiração para a elaboração de outro ProMEAs, uma vez que foi um processo bastante participativo e construído a partir de um viés crítico. Essa análise se deu através das narrativas das professoras Ana Maria Marques Santos, que foi uma das que ajudou a construir o Programa e Débora Gusmão Brito Pires, que atuou como mobilizadora social durante o processo, perpassando pelos desafios, questionamentos e importância do ProMEA. As entrevistas partiram de um roteiro pré-definido, conforme pode ser visto nos apêndices A e B.

Dos treze municípios que compõe a Baixada Fluminense, o município de Mesquita foi escolhido para o debate por fazer limite com o município de Nova Iguaçu e também por compartilharem territorialmente uma Unidade de Conservação, o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, conforme podemos ver no mapa abaixo (Figura 4). Outro fator relevante é que Mesquita foi a primeira cidade da Baixada Fluminense a constituir políticas públicas acerca das questões socioambientais. A Política Municipal de Educação Ambiental, instituída em 29 de dezembro de 2009, representa não só um marco para a discussão da EA dentro do município de Mesquita, mas também serve de parâmetro para pensar na construção de outras políticas em outros municípios.

Figura 2. Mapa da Baixada Fluminense com Destaque Para os Municípios de Nova Iguaçu e Mesquita



Fonte: Rocha (2015)

Em entrevista com a professora Ana Maria Marques Santos, do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), ela conta como foi o processo de construção da política e posteriormente do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA) de Mesquita.

O convite se deu através da professora Kátia Perobelli, que, em 2009, era Secretária Municipal de Meio Ambiente. Seu interesse era que a professora Ana realizasse o trabalho de assessoria e de construção do ProMEA. Nessa época Ana cursava o Doutorado, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo como pesquisa as mulheres da reciclagem, o que chamou a atenção de Kátia que, então, a convidou e apresentou a proposta.

Nesse mesmo período ela também fazia parte do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental, Diversidade e Sustentabilidade (GEPEADS), da UFRRJ, juntamente com os professores Cristiane Cardoso e Mauro Guimarães. E decidiu levar a proposta para todo o grupo, uma vez que acreditava que esse trabalho só poderia ser feito de forma coletiva.

Como a política municipal ainda não existia foi necessário construí-la antes da elaboração do ProMEA. Dessa forma, o grupo se reuniu com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMUAM) para a compreensão das demandas e houve a percepção de que não havia articulação com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), o que gerou um questionamento do porque não havia essa conversa entre as duas secretarias, já que a construção do ProMEA deveria ser participativa e entendendo que a Educação Ambiental deveria partir das escolas, envolvendo os professores.

A professora e bióloga Débora Gusmão Brito Pires, outra entrevistada, que em 2009, coordenava a Diretoria de Educação Ambiental e foi a representante pela SEMUAM no ProMEA afirma que o projeto obteve tanto o aporte financeiro da SEMUAM quanto a colaboração da SEMED. Entretanto a professora Ana é muito clara ao dizer que “não havia diálogo com a Secretaria de Educação, que não tinha interesse em participar. Nós é que tivemos que insistir, nós que tivemos que mandar os convites para as escolas e tivemos que fazer os encontros noturnos.” Apenas dessa forma os professores puderam participar, além do mais o grupo resolveu certificar esses profissionais para garantir a participação no processo como um todo e nas formações específicas.

O grupo se organizou no intuito de que a política fosse construída em um ano e a partir de sua publicação, a elaboração do ProMEA. Segundo a professora Ana, o primeiro ano foi mais participativo, contando com os professores da rede pública, rede privada, agentes de educação, pessoas da guarda municipal e até mesmo um representante do empresariado.

O debate se deu inicialmente pela legislação nacional (nessa época o programa estadual ainda não havia sido concluído), e em seguida foram discutidos textos acerca da Educação Ambiental Crítica, no sentido de tentar compreender o que era a EA e qual era a proposta para o município de Mesquita. Então, a política municipal teve como base a nacional, mas levando em conta as especificidades da cidade e o mais importante é que foi construída coletivamente.

Aqui podemos perceber o quanto a participação social faz diferença nos processos construção de políticas públicas, uma vez que para o sucesso destas, “é determinante o conhecimento da realidade social e das prioridades de interesse público da sociedade” (MILLON, 2010, p. 70). E quem melhor do que os habitantes de um município para conhecer as peculiaridades do lugar onde residem.

A professora Ana comenta que o intuito era realizar um processo baseado em três pilares: que fosse formativo, de extensão e de pesquisa. “Atuamos como curso, como formação,

atuávamos com a comunidade e a comunidade conosco e a gente de alguma forma tava ali verificando e validando a pesquisa.” Ela também reitera como o projeto foi significativo para o grupo de pesquisa do qual fazia parte.

A Lei foi instituída no dia 29 de dezembro de 2009 e sua publicação oficial consta como sendo apenas do poder executivo, embora, segundo a professora, na construção dos cadernos de registros conste os nomes de todos que participaram do processo, já que haviam listas de presenças que eram passadas a cada encontro.

Art. 6º - É instituída a Política Municipal de Educação Ambiental, que será implementada por meio do Programa Municipal de Educação Ambiental a ser criado por instrumento legal municipal e que deverá se caracterizar por linhas de ação, estratégias, critérios, instrumentos e metodologias.

Art. 7º - A Política Municipal de Educação Ambiental, com o respectivo Programa que a implementará, envolve em sua esfera de ação, além dos órgãos e entidades integrantes do Sistema Municipal de Meio Ambiente – SISMUMA, as instituições educacionais públicas e privadas dos sistemas de ensino, os órgãos públicos do Município, da União e do Estado, atuantes no espaço municipal, e a sociedade civil organizada com atuação em Educação Ambiental (MESQUITA, 2009).

No segundo ano, em 2010, já na construção do ProMEA houve um certo esvaziamento de pessoas e chegada de novos professores. A professora Ana menciona que o grupo logrou que em algumas escolas, os professores do primeiro segmento da educação básica fizessem intervenções com as crianças com o intuito de fazê-las refletirem acerca da EA. Então, os professores perguntavam às crianças o que elas identificavam como EA em seu entorno e traziam as respostas através de desenhos. E esses desenhos foram levados pelos professores aos encontros e se tornaram parte do ProMEA.

Destacamos, neste momento, a participação dos professores como importantes agentes para iniciar um processo de mobilização dentro e fora das escolas, uma vez que eles, além de conhecerem o espaço pedagógico em que atuam, são capazes de reconhecer, por meio das experiências vividas nesse espaço, as realidades trazidas e vivenciadas por seus alunos (SANTOS, CARDOSO E BEZERRA, 2014, p. 417).

Para Santos, Cardoso e Bezerra (2014, p. 415) os principais objetivos do ProMEA são:

Ampliar e garantir a participação popular no processo de gestão ambiental pública e possibilitar a descentralização e o compartilhamento de responsabilidades no âmbito federal, estadual e municipal, o que se estabelece por meio do fortalecimento dos espaços públicos e de qualificação dos membros do poder público e da sociedade para atuação nesses espaços.

O ProMEA trouxe a oportunidade de discutir a EA sob diferentes matizes, e em um processo de construção coletiva foram estabelecidas basicamente três linhas de ação: a formação em Educação Ambiental, a produção e a difusão de informações e a gestão e Educação Ambiental na política pública (SANTOS, CARDOSO E BEZERRA, 2014).

A professora Ana comenta que o recurso obtido para todo esse trabalho foi ínfimo e que somente susteve o básico.

Nós tivemos um fomento pequeno e não era para bolsas e sim algo que veio para a universidade pra gente garantir material reprográfico, pra gente conseguir a ida aos campos, vamos dizer assim. Mas a gente não tinha, por exemplo, material pra investir em bolsas pra estagiários que nos ajudassem a entrar pelo município e a prefeitura não tinha essa contrapartida. Então, basicamente, esse dinheiro que entrou foi pra suprir essa parte mecânica do processo e pra publicação dos livretos.

Destaca que, infelizmente, houve uma perda muito grande desses livretos e que muito pouco desse material se produziu na universidade, por isso eu não consegui obter nenhum exemplar para agregar a presente pesquisa.

Uma outra questão bastante relevante que a professora Ana traz para a discussão e que podemos observar em outros municípios é a descontinuidade das políticas públicas que ocorrem devido ao atravessamento de interesses políticos com a mudança de gestão. Políticas que deveriam ser permanentes ou de estado se tornam políticas momentâneas ou de governo.

E isso foi o que ocorreu em Mesquita, com a saída do prefeito Artur Messias (PT) e com a entrada de Gelsinho Guerreiro (PRB). Segundo a professora Ana, com essa mudança no comando da prefeitura o município passa por uma desarticulação dos movimentos sociais, dos conselhos, bem como fundiu a Secretaria de Meio Ambiente, que era independente e tinha seus próprios recursos, à Secretaria de Urbanismo, conforme também me relatou a professora Débora.

Para Estevam (2010, p. 4)

A origem da (des)continuidade de uma maneira mais ampla, estaria ligada ao clientelismo político e ao personalismo característicos do setor público brasileiro. Caracterizada no cargo de confiança –comissionados- e da necessidade a cada nova gestão de apresentar “novas” soluções (não necessariamente inovadoras, mas que tenham sua marca).

A gestão atual é do prefeito Jorge Miranda (PL), que já está no segundo mandato. Segundo a professora Ana os investimentos se voltaram mais para a melhora visual da cidade, em termos de áreas para lazer, realização de esportes, dragagem de rios, entre outros. Também houve projetos voltados para a perspectiva da água, mas a universidade ficou de fora, sendo contratadas ONGs que receberam valores exorbitantes.

Sobre o que ocorre atualmente na cidade em relação ao ProMEA, a professora Ana não tem conhecimento. A professora Débora me relatou que a filha dela, Juliana Gusmão Brito Pires, formada em Licenciatura em Geografia pela UFRRJ em 2018, quando estava construindo sua monografia buscou informações acerca do Programa e ao entrevistar Rosaura Clem, Secretária de Meio Ambiente, constatou que as ações desenvolvidas eram práticas ligadas a alguma data comemorativa.

Foi mencionado a dificuldade de realizar os projetos, devido o sucateamento do poder público, governo sem verba e as poucas parcerias. Diante disso, os trabalhos voltados para educação ambiental, estão sendo feitos em datas específicas, como o dia mundial da água, dia internacional da biodiversidade, dia mundial do meio ambiente, ou seja, estão sendo feitas de forma pontual (PIRES, 2018, p. 41).

Em contrapartida, a Lei deixa bem claro em seu Art. 8º que as atividades vinculadas a EA deverão ser desenvolvidas “de forma contínua, processual, permanente e contextualizada” (MESQUITA, 2009).

Uma funcionária que atua na Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMUAM) da Prefeitura de Mesquita me cedeu uma entrevista (Apêndice C), porém foi bastante sucinta na maioria das respostas. Me informou que está há 6 anos na SEMUAM e quando perguntada acerca de como o ProMEA tem sido trabalhado, não me respondeu, apenas disse que “O ProMEA deverá ser atualizado este ano em função das mudanças ambientais mundial, estadual e da nova política de gestão do Ministério do Meio Ambiente.” Porém não adicionou detalhes de quando nem de que maneira, se será novamente participativo ou qualquer dado a mais.

Também questionei sobre a relação com a Secretaria Municipal de Educação e pedi que citasse pelo menos duas ações. Ela informou que a parceria com a SEMED ocorre desde a criação do ProMEA “na prática com planejamento anual de ações interdisciplinares respeitando os objetivos do mesmo.” Quanto as ações citou “palestras diversas e pontuais ao corpo discente, capacitações aos colaboradores e outras.”

Conforme o Art. 7º do Decreto 3.190, o segundo parágrafo que trata da produção e difusão das informações, traz em seu primeiro inciso que é preciso disponibilizar permanentemente as informações (MESQUITA, 2022). Entretanto, cabe aqui destacar a impossibilidade de se obter o livreto do ProMEA no portal da prefeitura. Outra incoerência é que disponibilizaram somente em abril de 2022 o decreto que regulamenta o Programa, como se este já não existisse desde 2010.

Uma possível explicação possa ser o que a professora Débora me relatou:

Em meados do ano passado⁴ a atual responsável pela EA da SEMUAM entrou em contato comigo com o objetivo de buscar informações quanto ao ProMEA e se eu tinha um exemplar do Programa. Eu, curiosa, antes de responder a pergunta procurei por que do interesse agora depois de tanto tempo. Fui informada que o INEA estava cobrando dos municípios os Programas e seus desenvolvimentos dentro do município, para que o mesmo pudesse obter pontuação dentro do questionário para o recebimento dos recursos que são repassados anualmente aos municípios do ICMS Verde do RJ. Por aí acho que você pode imaginar o que aconteceu com o ProMEA até a inserção desse indicador no ICMS Verde.

Importante salientar que o município de Mesquita é um dos mais bem colocadas no ranking do ICMS Ecológico⁵ e que no ano corrente a cidade receberá dos cofres públicos cerca de dez milhões de reais (SEARA, 2023).

Ainda no Art. 7º, o inciso VII, do segundo parágrafo aponta que se deve “veicular, na página principal do site da Prefeitura/SEMUAM e SEMED, todo o material pertinente à produção da educação ambiental, da legislação até produções, informações, etc” (MESQUITA, 2022). Porém basta acessar a página principal que não é possível visualizar qualquer dessas informações. As páginas das SEMED e da SEMIMSP (onde está alocada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente) também não apresentam essas informações. Elas apenas contêm um pequeno resumo sobre cada secretaria, os nomes dos representantes e notícias relacionadas, as quais foram postadas pela última vez em 2021, o que demonstra que o site está desatualizado.

Se o ProMEA e as demais informações estivessem disponíveis no site, além de significar a transparência para a população, também auxiliaria pesquisadores que tivessem o interesse de investigar o assunto e até mesmo produzir suas pesquisas baseadas nessas referências. Em uma busca nas principais bases de dados da Internet (Portal Capes, Scielo, Google Acadêmico) e no Currículo Lattes da professora Ana Marques acerca de trabalhos sobre a Política e o ProMEA de Mesquita, foram encontradas 6 produções, conforme podemos observar no quadro abaixo.

⁴ 2022

⁵ Criado em 2007 no Estado do Rio de Janeiro, pela Lei Estadual nº 5.100, se constitui como uma política pública de incentivo aos municípios que investem na conservação ambiental dos seus territórios, compensando-os financeiramente.

Quadro 7. Produções sobre a Política e o ProMEA de Mesquita

Pesquisa	Tipo de Pesquisa	Autor (es)	Local e Ano de Publicação
Política e Programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita/RJ: um caso de participação popular na construção de uma política pública	Artigo	SANTOS, A. M. M.; LOUREIRO, C. F.; BEZERRA, C. A. M.	Anais da 34ª Reunião Anual da ANPED - 2011 e Anais do EPEA – 2011.
Um caso de participação popular na construção de uma política pública: a PMEA e o ProMEA Mesquita/RJ	Artigo	SANTOS, A. M. M.	Anais da V Jornada Internacional de Políticas Públicas - 2011 e Revista de Políticas Públicas – 2012.
Política e Programa de Educação Ambiental no Município de Mesquita/RJ: um caso de participação popular na construção de uma política pública	Capítulo de livro	SANTOS, A. M. M.; BEZERRA, C. A. M.; LOUREIRO, C. F. B.	Trajetórias da Educação Ambiental Crítica – Experiências de uma Práxis Socioambiental. 1 ed. Seropédica: EDUR, 2013.
Escola e comunidade no reconhecimento e no planejamento de ações de Educação Ambiental municipal: a experiência do município de Mesquita/RJ	Capítulo de livro	SANTOS, A. M. M.; CARDOSO, C.; BEZERRA, C. A. M.; OLABARRIAGA, N.	Trajetórias da Educação Ambiental Crítica – Experiências de uma Práxis Socioambiental. 1 ed. Seropédica: EDUR, 2013.
Escola e comunidade no reconhecimento e no planejamento de ações de Educação Ambiental municipal: a experiência do município de Mesquita/RJ	Artigo	SANTOS, A. M. M.; CARDOSO, C.; BEZERRA, C. A. M.	Anais do VI ENANPPAS – 2012, Revista Políticas Públicas - 2014 e Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas – 2015.
Rio Dona Eugênia, Mesquita – RJ: Panorama Socioambiental e Análise do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA)	Monografia	PIRES, J. G. B.	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – 2018.

Fonte: Organizado pela Autora

Como podemos observar acima, a maioria dos trabalhos, 3 artigos e 2 capítulos de livro, pertencem a professora Ana juntamente com outros autores, que foram apresentados e publicados diversas vezes nos primeiros cinco anos após a elaboração do ProMEA e uma monografia. Acredita-se que possa haver mais trabalhos, principalmente ligados às temáticas de forma indireta, porém como o escopo do presente capítulo não é realizar um estado da arte dessas pesquisas, optou-se por fazer uma busca apenas das publicações que mencionassem diretamente sobre a Política ou o ProMEA.

Tais publicações são muito importantes porque reforçam a relevância do desenvolvimento da política e da participação social durante o processo, legitima o conhecimento obtido e compartilha a informação. São uma forma de manter viva a política e o programa, uma vez que parecem não existir, já que a PNEA não foi implementada e nem o ProMEA foi disponibilizado.

Continuando no Art. 7º, no terceiro parágrafo que trata da gestão da Educação Ambiental na política pública, o inciso XVI aponta que deve-se realizar uma “avaliação da Política e Programa Municipal de Educação Ambiental a cada quatro anos, ao final do mandato do executivo do município” (MESQUITA, 2022). Entretanto Pires (2018) afirma que após oito anos da construção da Política e do Programa não houve nenhuma análise para verificar possíveis resultados ou implementar mudanças e é fácil concluir que isso também não ocorreu no fim do primeiro mandato de Jorge Ferreira, em 2020, uma vez que o Programa nem está disponível para consulta.

Perguntadas sobre a importância do ProMEA, tanto a professora Ana quanto a professora Débora reforçam a ideia de que a Educação Ambiental torna-se uma questão central, principalmente face aos problemas ambientais que afligem não só Mesquita, mas a Baixada Fluminense como um todo, como a destruição causada pelas chuvas, o transbordamento dos rios que muitas vezes causam vítimas fatais, o descarte de lixo em locais inadequados, as construções irregulares, entre outros.

A Educação Ambiental tem um papel indispensável na construção de respostas a esses e outros desafios socioambientais, formando pessoas sensíveis à problemática socioambiental, capazes de se posicionarem adequadamente perante os mesmos e a agirem por um presente e um futuro melhor para toda a Humanidade e para os demais seres e sistemas naturais com os quais compartilhamos nosso Planeta (ROSA, SORRENTINO E RAYMUNDO, 2022, p. 4).

A funcionária da Prefeitura de Mesquita também manifestou sua opinião em relação a importância do ProMEA. “Considero o ProMEA como uma ferramenta fundamental para a educação como um todo. Em um país que não entende a importância Ambiental e nem a educação em geral precisa-se de instrumentos legais para que se faça valer a execução de uma Política de Educação nos municípios.” Ela termina sua fala com uma frase de Nelson Mandela que diz “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para transformar o Mundo.”

A professora Ana também destaca que toda pesquisa tem relevância social e acadêmica e não só o ProMEA, mas também a Lei foram fundamentais enquanto produção de conhecimento. Desse trabalho sugeriram outros projetos, como a formação de professores em EA para os municípios de Mesquita, Nova Iguaçu e Itaguaí. Em relação a apresentação nos eventos, Ana revela que o grupo de pesquisa foi procurado por comunidades e empresas, porém como não coadunavam com uma visão crítica dos processos, o grupo resolveu recusar as propostas.

Nesse sentido, a professora Ana ressalta que o movimento para a elaboração da Política e do ProMEA tem a importância demarcada justamente por fazer um desvelamento social e ela termina dizendo que “não é fácil, é desgastante, é na via do conflito. Sem fazer com que essas

coisas apareçam, lembrando Layrargues, não tem como fazer isso sem que o conflito apareça e ele é inerente ao processo, mas pra gente, de certa forma, em Mesquita fizemos ele de forma bastante tranquila no decurso da construção.”

Como pudemos ver, o processo de construção da Política Municipal e do ProMEA foi desafiador, mas enriquecedor no sentido das trocas e da geração de conhecimentos. Infelizmente pela questão da descontinuidade política a PMEa nunca foi implementada como deveria e o ProMEA não está disponível no site da prefeitura, o que é gravíssimo. Políticas públicas que despenderam tempo e investimento e que deveriam estar sendo cumpridas e divulgadas desde o seu nascimento, mas que, infelizmente, se tornaram políticas de governo.

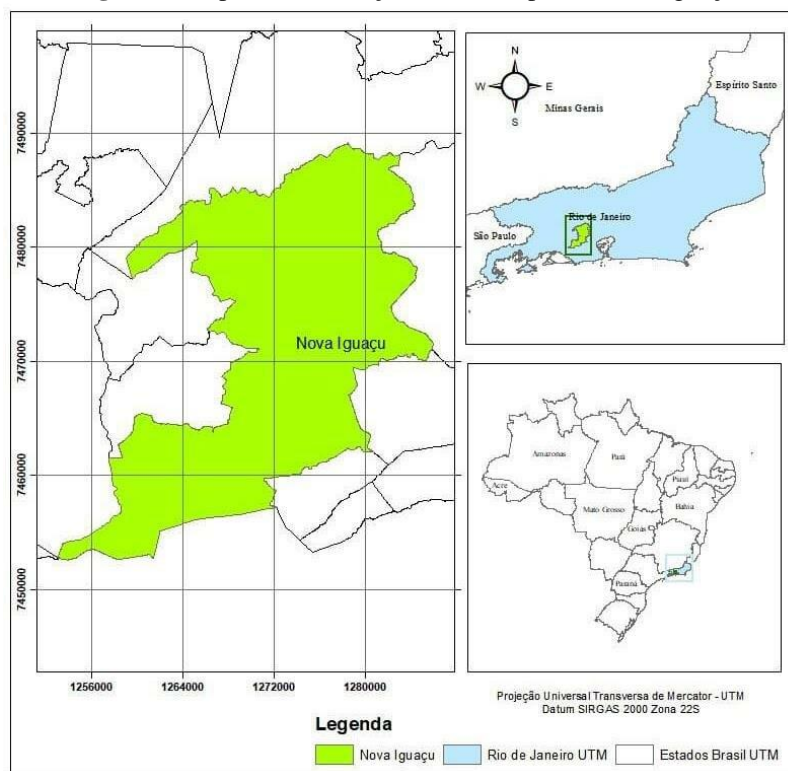
CAPÍTULO 3 - A CONSTRUÇÃO DO PROGRAMA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL (PROMEIA) DE NOVA IGUAÇU/RJ

O presente capítulo se propôs a analisar como tem sido os primeiros passos para a elaboração do ProMEA do município de Nova Iguaçu, perpassando inicialmente por uma caracterização do município; uma apresentação geral acerca dos municípios da Região Hidrográfica II – Guandu/RJ que terão, espera-se, seus ProMEAs elaborados, um aprofundamento do que ocorreu nas Oficinas Participativas e por último a análise das entrevistas com Geraldo da Silva Bastos, representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (SEMAM); Kátia Wanessa Araújo dos Santos Bastos, representante da Secretaria Municipal de Educação (SEMED); Lara Mattos Martins, Mobilizadora Social; e José Arnaldo dos Anjos de Oliveira, presidente do Conselho Municipal do Desenvolvimento e do Meio Ambiente (CONDEMA).

3.1 Caracterização do Município de Nova Iguaçu

Com 190 anos de existência, a cidade de Nova Iguaçu, que já foi chamada de Arraial de Maxambomba e Iguassu Velha, possui uma história marcante, atrelada a interiorização do Império no território brasileiro a partir do século XIX. De passagem de ouro e café aos extensos laranjais, de cidade dormitório à franca expansão urbana, Nova Iguaçu carrega hoje as marcas do passado ao mesmo tempo que comporta a modernidade dos prédios comerciais e residenciais de luxo.

Figura 3. Mapa de Localização do Município de Nova Iguaçu



Fonte: Amaral e Afonso (2022)

A cidade de Nova Iguaçu faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e é a maior da Baixada Fluminense, com uma extensão territorial de 520.581 km² e com uma população estimada em 825.388 pessoas e está situada na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 20,8 bilhões de reais, sendo que 55% do valor adicionado advém dos serviços. O município possui 91,3 mil empregos com carteira assinada com carteira assinada. As três atividades que mais empregam são: administração pública em geral, comércio varejista e ensino fundamental (IBGE CIDADES).

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade é de 96,2 %. O número de estabelecimentos de ensino fundamental é 407 e de ensino médio, 128. O número de matrículas no ensino médio em 2021 foi de 34.291 e no ensino fundamental, 109.430 (IBGE CIDADES).

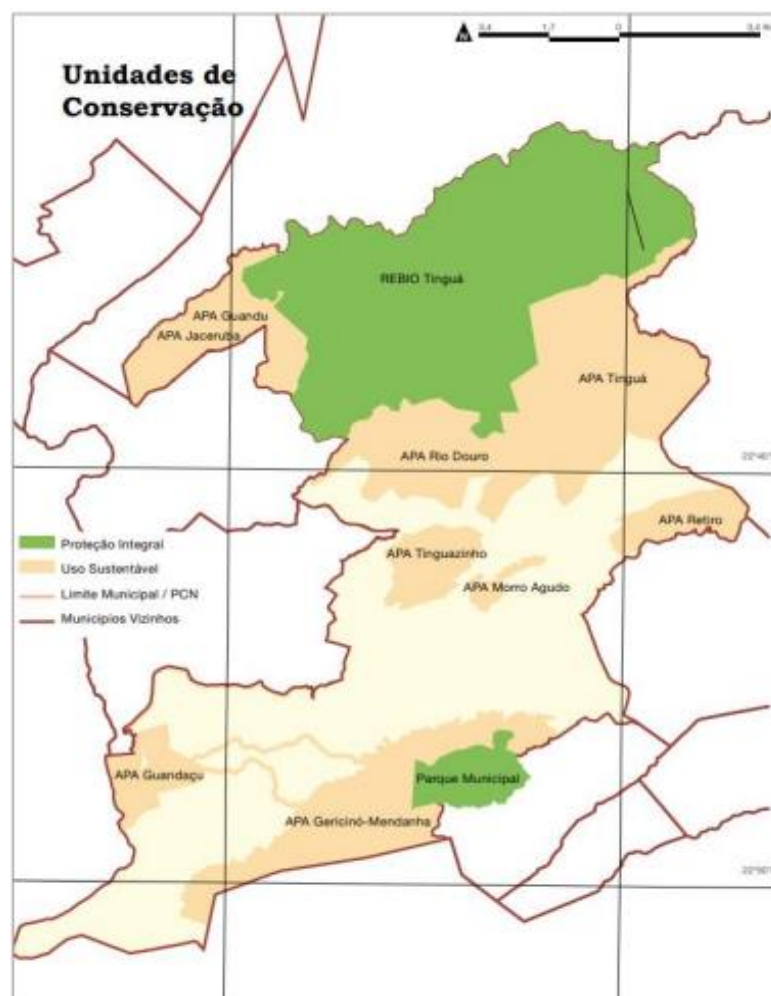
Em relação a saúde, o município possui 75 estabelecimentos públicos: 2 hospitais; 41 clínicas e policlínicas; 10 unidades básicas de saúde; 8 unidades de saúde da família; 5 unidades de pronto atendimento e 9 outras unidades, entre elas os CAPS, o Centro de Apoio e Valorização da Mulher etc. A mortalidade infantil em 2020 foi de 13,91 óbitos a cada mil nascidos vivos (IBGE CIDADES).

Segundo o IBGE Cidades, o município apresenta 83,1% de domicílios com esgotamento sanitário adequado. Além disso, conforme dados da Prefeitura, conta com 65 Estações de Tratamento de Esgoto (ETE) e trata 37,94% do esgoto doméstico (SNIS/Ministério das Cidades, 2020). Em relação a coleta de resíduos sólidos, 99,31% da população urbana é atendida (SNIS, 2020). A cidade possui uma Central de Tratamentos de Resíduos Sólidos (CTR) no bairro de Adrianópolis, sendo considerado um modelo de referência em tratamento de resíduos. Recebe por dia cerca de 5.000 toneladas de resíduos e também é o destino do lixo dos municípios de Mesquita, Nilópolis e Queimados.

Em relação ao patrimônio natural, 67% de sua área é composta de Unidades de Conservação (UCs). Há o Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu (PNMNI), área de proteção integral localizada entre os municípios de Nova Iguaçu e Mesquita e sobreposta a Área de Proteção Ambiental (APA) do Gericinó – Mendanha.

Importante ressaltar a presença da Reserva Biológica (REBIO), que além de Nova Iguaçu abrange trechos de mais cinco municípios: Duque de Caxias, Petrópolis, Miguel Pereira, Queimados e Japeri, de proteção integral e outras APAs espalhadas pelo território, como a APA Guandu-Açu, a APA Morro Agudo, a APA Tinguazinho, a APA Retiro, a APA Jaceruba, a APA Rio D'Ouro e a APA Tinguá.

Figura 4: Unidades de Conservação do Município de Nova Iguaçu



Fonte: NIMA. PUC-Rio (2010)

Segundo o documento que trata do repasse do ICMS Ecológico no ano de 2022, Nova Iguaçu está entre os quatro municípios (Angra dos Reis, Paraty e Itatiaia) que tiveram maiores arrecadações para áreas protegidas (CEPERJ, 2022). Nova Iguaçu também se encontra no ranking dos 15 municípios pelo Índice Final de Conservação Ambiental⁶ (IFCA), conforme podemos observar na figura abaixo.

⁶ “O IFCA é o percentual que representa a parcela de participação de cada município dentro do ICMS Ecológico, calculado a partir das pontuações obtidas pelos municípios em cada critério avaliado no ICMS Ecológico (áreas protegidas, recursos hídricos e resíduos sólidos urbanos)” (CEPERJ, 2022, p. 3).

Figura 5. Ranking dos 15 Municípios pelo Índice Final de Conservação Ambiental



Fonte: Observatório ICMS Ecológico, 2023.

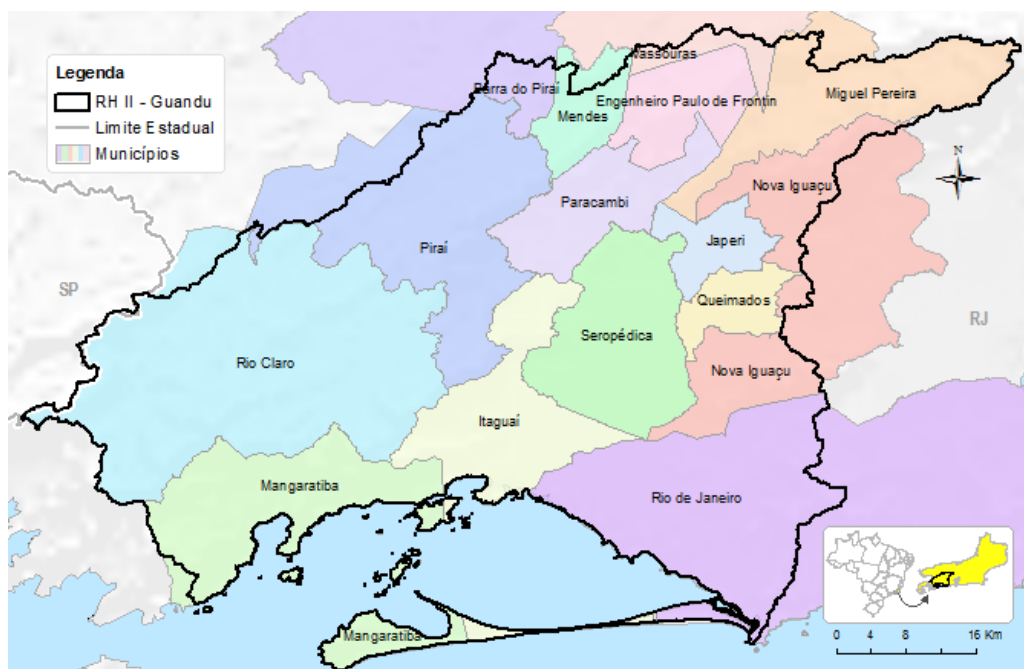
Em relação ao patrimônio cultural, o município de Nova Iguaçu é berço de vários atrativos tanto materiais quanto imateriais, como o Espaço Cultural Silvio Monteiro, a Catedral de Santo Antônio de Jacutinga, o Reservatório Rio D'Ouro, as Ruínas de Vila de Cava, as ruínas da Fazenda São Bernardino, o Buraco do Getúlio, a Festa do Aipim, a Festa do Padroeiro Santo Antônio entre outros.

Como podemos ver, o município apresenta muitas potencialidades, sejam socioeconômicas, ambientais, históricas e culturais, que podem e devem ser aproveitadas pela Educação Ambiental e o ProMEA pode impulsionar ações essenciais para efetivar uma EA integradora no território.

3.2 Apresentação Geral

Além de Nova Iguaçu, outros doze municípios que compõe a Região Hidrográfica II – Guandu/RJ também possuem proposta para elaboração de ProMEAs, sendo eles Itaguaí, Seropédica, Queimados, Japeri, Paracambi, Engenheiro Paulo de Frontin, Miguel Pereira, Piraí, Rio Claro, Mangaratiba, Mendes e Barra do Piraí, conforme podemos ver na figura abaixo, os quais vem sendo construídos ao mesmo tempo pela empresa Myr Projetos Sustentáveis. Os municípios de Vassouras e do Rio de Janeiro já possuem ProMEA estabelecido.

Figura 6. Imagem com a Localização dos Municípios da Rede Hidrográfica II – Guandu/RJ



Fonte: Siga Guandu, s.d.

A empresa Myr Projetos Sustentáveis foi escolhida por meio de processo realizado pela Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (AGEVAP), que tinha como objetivo a contratação de empresa especializada para elaboração dos Programas Municipais de Educação Ambiental e do Plano de Educação Ambiental da Região Hidrográfica II – Guandu/RJ com foco em recursos hídricos. Segundo o resultado final do ato convocatório N° 11/2021 (Anexo 1) a empresa Myr foi declarada vencedora com o valor de 970 mil reais.

Segundo informações do site ProMEA Guandu⁷, o Programa de elaboração dos ProMEAs na Região Hidrográfica II – Guandu/RJ se divide em quatro etapas bem como os eventos relacionados abertos ao público, conforme o quadro abaixo.

⁷<https://promeaguandu.wixsite.com/promeaguandu>

Quadro 8. Etapas do Programa de elaboração dos ProMEAs na Região Hidrográfica II – Guandu/RJ

Etapa	1. Planejamento e Reunião de Alinhamento	2. Levantamentos e Diagnóstico	3. Prognóstico	4. Consolidação dos ProMEAs
Eventos Públicos	<ul style="list-style-type: none">• Reuniões Iniciais• Criação dos GTs• Capacitações• Seminários	<ul style="list-style-type: none">• Oficinas Participativas• Oficinas Devolutivas	<ul style="list-style-type: none">• Oficinas Participativas• Oficinas Devolutivas	<ul style="list-style-type: none">• Consulta Pública• Audiência Pública

Fonte: ProMEA Guandu, 2022

Na primeira etapa ocorreu a organização e o planejamento das ações que deveriam ser realizadas, bem como se deu o primeiro contato entre a empresa e cada município. Na segunda etapa o objetivo é conhecer a realidade socioambiental de cada município a partir de um levantamento acerca de aspectos ambientais e sociais, assim como identificar as ações de Educação Ambiental desenvolvidas.

Na etapa três são propostas as diretrizes que vão orientar o planejamento da EA nos municípios, bem como os resultados esperados. “Devem ser especificadas as metas, os indicadores, os métodos de monitoramento e acompanhamento, os cronogramas, os responsáveis e os custos” (PROMEA GUANDU, 2022).

E por fim, na etapa quatro se dará a finalização dos ProMEAs de cada município. Ocorrerão consultas e audiências públicas em cada localidade a fim de receber sugestões acerca do documento. Ainda existem mais duas etapas: a quinta em que será construído o Plano de Educação Ambiental da Região Hidrográfica II – Guandu/RJ (PEA Guandu), “que tem como objetivo integrar as ações municipais previstas às atividades do Comitê Guandu – RJ, adaptando às condições financeiras e operacionais disponíveis” (PROMEA GUANDU, 2022). E a sexta etapa, onde será elaborado o Manual Operativo do PEA Guandu.

3.3 As Oficinas Participativas em Nova Iguaçu

Observar é um ato frequente entre os seres humanos seja para conhecer melhor pessoas, objetos ou situações. É uma forma de olhar mais atenta, buscando detalhes que não se consegue ver de primeira. A observação pode ser uma ótima ferramenta para um análise científica, a partir do momento que o pesquisador planeje sua ação e sistematize o que está sendo observado.

O pesquisador não está simplesmente olhando o que está acontecendo, mas observando com um olho treinado em busca de certos acontecimentos específicos. A observação ajuda muito o pesquisador e sua maior vantagem está relacionada com a possibilidade de se obter a informação na ocorrência espontânea do fato (QUEIROZ et al, 2007, p. 277).

A observação se torna essencial na pesquisa qualitativa uma vez que perpassa todo o processo científico, desde a construção da problemática até a interpretação das possíveis teorias. Dentro da pesquisa qualitativa pode haver diferentes tipos de observação: assistemática,

Na terceira parte da oficina Geraldo da Silva Bastos, representante da SEMAM, realizou uma apresentação sobre a importância de pensarmos a história do município a partir dos povos originários. Para ele a perspectiva filosófica que deve embasar o programa é de uma EA que valorize a sabedoria ancestral acerca das relações harmônicas das comunidades tradicionais com o ambiente. Dessa forma espera-se que o ProMEA parta de uma EA crítica e abarque a pluriversalidade.

Na quarta parte todos os presentes foram divididos em grupos para a elaboração de mapas simbólicos. Para isso os integrantes de cada grupo construíram listas individuais que continha o que cada um julgava de importante no município. Depois todos compartilharam suas listas dentro do grupo e a partir disso houve a composição de um mapa que abarcou os pontos anteriormente citados nas listas. Essa atividade auxiliou a trazer diferentes percepções acerca do mesmo território. Com os mapas prontos, os grupos os apresentaram e alguns integrantes relataram experiências ou sentimentos quanto ao que foi exposto. Segue abaixo alguns registros dos mapas.

Figura 8. Mapa simbólico



Fonte: Myr Projetos Sustentáveis, 2022

Figura 9. Mapa simbólico



Fonte: Myr Projetos Sustentáveis, 2022

Figura 10. Mapa simbólico



Fonte: Myr Projetos Sustentáveis, 2022

Os três mapas acima apresentam diversos pontos ou situações. Os dois primeiros trazem dois pontos semelhantes: os participantes destacam as Áreas de Proteção Ambiental e os rios como elementos importantes presentes no município e que necessitam ser cuidados e preservados. Já o terceiro mapa traz ações que podem ser implementadas para a melhoria socioambiental de locais diferentes dentro do município, como o Ecoturismo e a Educação

Ambiental Inclusiva na área do Mendanha; Coleta Seletiva, Arborização e Prevenção de Doenças na área central; e outras ações na área do Tinguá.

Foi perguntado aos presentes quem teria interesse em participar de um grupo no Whatsapp que seria criado para disponibilização de informações acerca do ProMEA, como as datas das próximas oficinas ou outras questões vinculadas a temática. Desde então foi criado o Grupo de Trabalho ProMEA – Nova Iguaçu, o qual também faço parte.

A terceira oficina ocorreu no dia 19/11/2022 e foi realizada no auditório do Complexo Cultural Mário Marques, desta vez com um número menor de pessoas, no máximo 30. A oficina e dividiu em duas partes: na primeira ocorreu uma apresentação por parte da Marina Paes de Barros (Myr Projetos Sustentáveis) acerca dos objetivos relacionados aos ProMEAs. São eles:

- Desenvolver a visão sistêmica do cidadão, para que ele possa se compreender como um ser que é parte de um todo e que está em constante interação com o meio e com todos os seres vivos que habitam o planeta;
- Enfatizar a importância da água e do ciclo hidrológico para o equilíbrio ecossistêmico;
- Aumentar a capacidade do cidadão de questionar a origem e o destino de todos os produtos e alimentos consumidos, com o objetivo de estimular a compreensão do ciclo de vida dos produtos;
- Promover maior entendimento dos direitos e deveres individuais e coletivos, estimulando a participação ativa e crítica nos processos de decisão que afetam social e ambientalmente os territórios e histórias;
- Identificar a contextualização histórica dos impactos ambientais no município, na bacia hidrográfica, no estado, no país e no mundo;
- Promover debates sobre a origem dos problemas socioambientais e suas consequências, para uma construção coletiva de soluções;
- Orientar a visita e/ou uso público das Unidades de Conservação no município e em outras localidades, promovendo a conexão com a natureza e um conhecimento profundo sobre os serviços ecossistêmicos e a história socioambiental local;
- Trabalhar valores éticos e os princípios da justiça socioambiental;
- Promover a gestão descentralizada e participativa dos recursos hídricos, reconhecendo os comitês de bacia hidrográfica como espaço democrático de discussão da Educação Ambiental;
- Debater a importância da adoção de uma produção mais sustentável e incentivar o consumo consciente, a não geração de resíduos e repensar sobre a real necessidade de descartáveis no dia a dia; e
- Impulsionar a implementação da Agenda 2030 (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS) no município (MYR PROJETOS SUSTENTÁVEIS, 2022).

Na segunda parte da oficina fomos apresentados à matriz F.O.F.A., em que os participantes, divididos em grupos, identificaram forças, oportunidades, fraquezas e ameaças para a construção do Programa e montaram listas de acordo com cada categoria. F.O.F.A. vem do inglês SWOT (Strenghts, Weaknesses, Opportunities and Threats). Sua finalidade é detectar pontos fortes e fracos de uma empresa, de um projeto entre outros (SEBRAE, 2021).

A matriz F.O.F.A. é feita a partir de um quadrado dividida em quatro partes, como pode ser visto na figura abaixo, na qual em cada quadrado são registrados fatores positivos e negativos. Quanto mais pontos forem levantados melhor será a análise e maiores serão as chances de desenvolver soluções eficazes (SEBRAE, 2021).

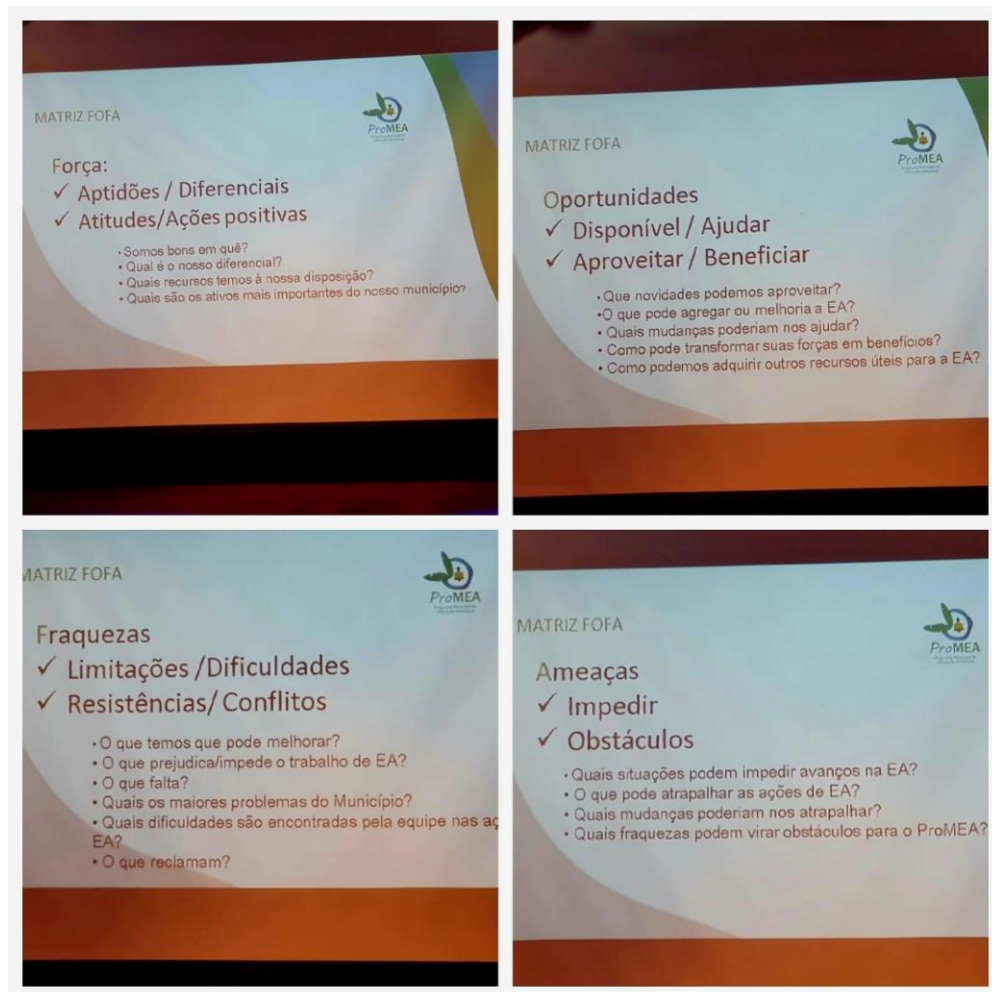
Figura 11. Representação da Matriz F.O.F.A.

	Fatores internos (controláveis)	Fatores externos (incontroláveis)
Pontos fortes	F ORÇAS	O PORTUNIDADES
Pontos fracos	F RAQUEZAS	A MEAÇAS

Fonte: SEBRAE, 2021

Durante a montagem das listas pelos grupos foram passados slides contendo informações acerca de cada categoria, bem como questionamentos para auxiliar na construção das ideias, como pode ser observado a seguir.

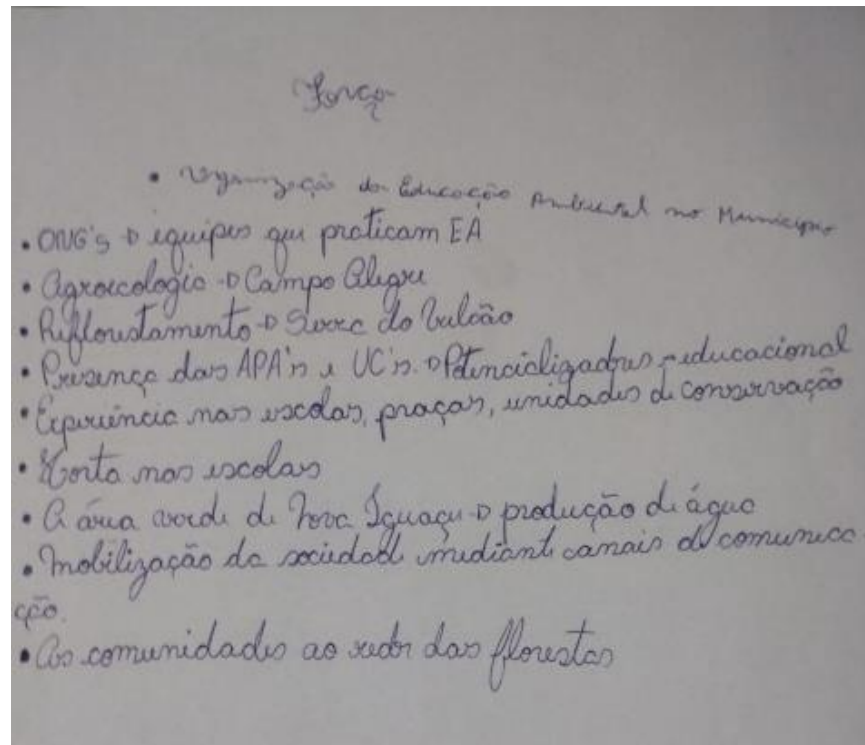
Figura 12. Montagem de Fotos dos Slides da Apresentação Sobre a Matriz F.O.F.A.



Fonte: da Autora, 2022

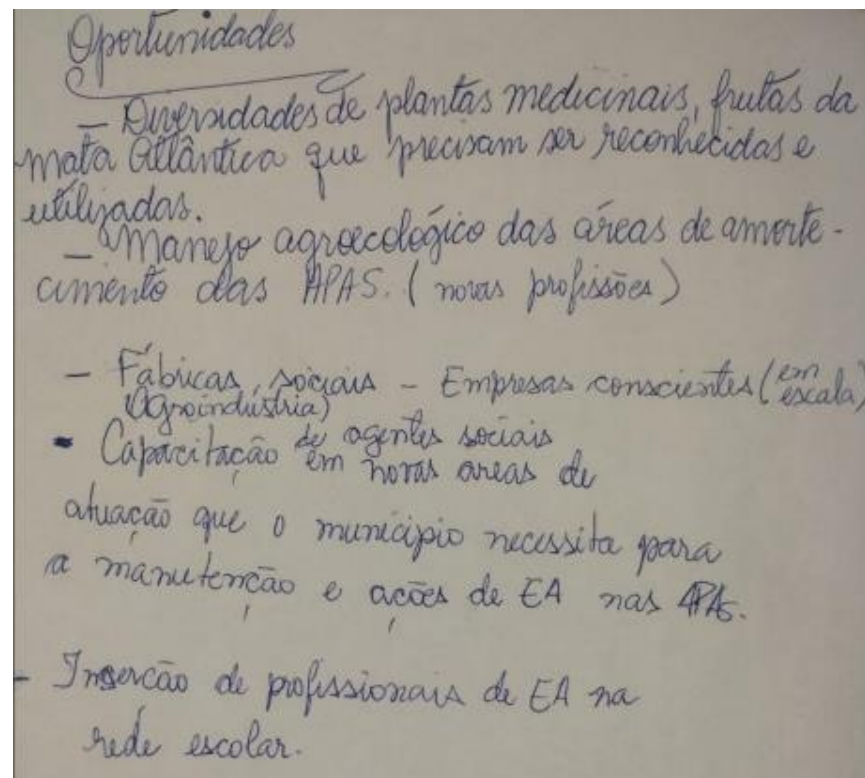
A partir de cada slide os grupos foram montando suas listas. As fotos com algumas das listas de cada grupo podem ser observadas na sequência.

Figura 13. Ideias da Categoria Forças



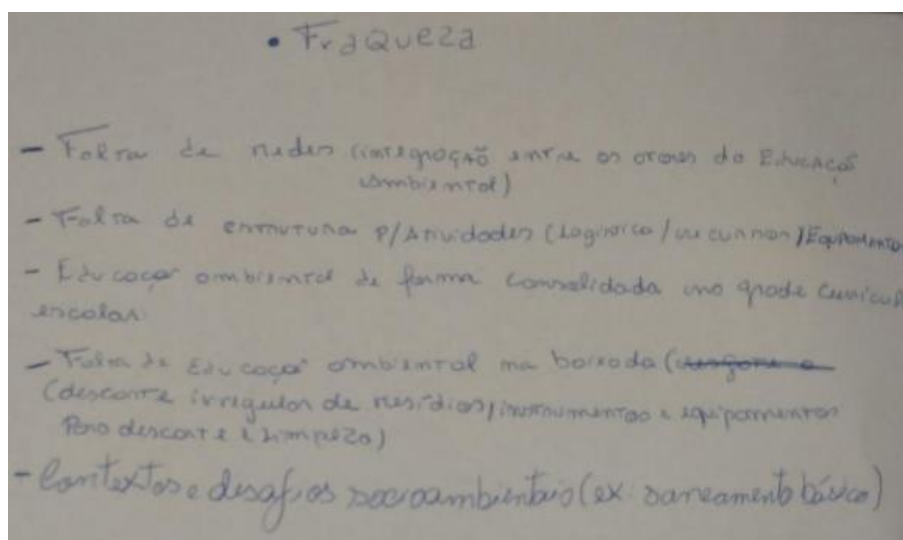
Fonte: Myr Projetos Sustentáveis, 2022

Figura 14. Ideias da Categoria Oportunidades



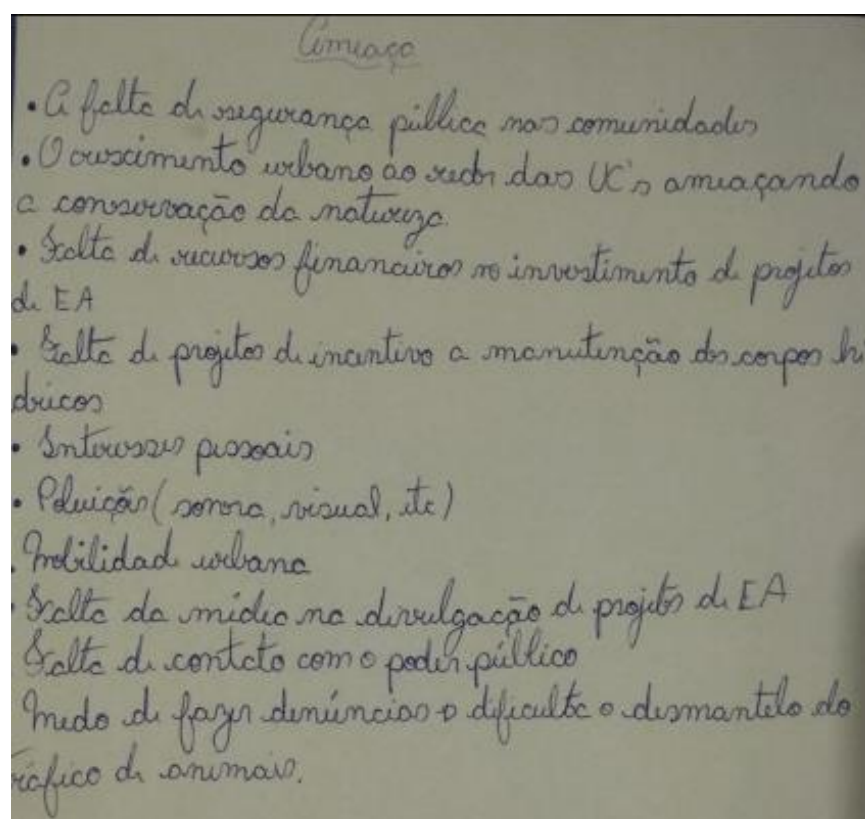
Fonte: Myr Projetos Sustentáveis, 2022

Figura 15. Ideias da Categoria Fraquezas



Fonte: Myr Projetos Sustentáveis, 2022

Figura 16. Ideias da Categoria Ameaças



Fonte: Myr Projetos Sustentáveis, 2022

Como podemos observar nas imagens das listas acima, as Forças e as Oportunidades descritas pelos participantes estão ligados a uma visão de riqueza socioambiental que o município dispõe. Ao mesmo tempo as Fraquezas e Ameaças também se constituem em realidades, na visão das pessoas presentes, que existem no município e que podem se constituir em impedimentos para a implementação do ProMEA, como a falta de investimento em infraestrutura urbana, falta de investimento para projetos de EA, a dificuldade de estabelecer comunicação com agentes do governo, a própria descontinuidade das políticas por conta da mudança de gestão, entre outras questões.

Ao término de construção das listas, cada grupo apresentou suas ideias e logo em seguida o material foi recolhido pela Marina (Myr). De tudo o que foi exposto, das falas que nos levaram a reflexões, das apresentações e da forma de abordar o conteúdo, bem como das metodologias utilizadas, inicialmente a elaboração do ProMEA parece estar seguindo uma perspectiva crítica. Entretanto algo que chamou a atenção, foi a ausência de conversas sobre a Política Municipal de Educação Ambiental (PME), que também não foi trazida na oficina anterior e nem foi questionada pelos participantes.

O documento do Diagnóstico Socioambiental Participativo, construído pela Myr, foi divulgado no Grupo de Trabalho ProMEA – Nova Iguaçu em abril de 2023. Também ocorreu uma Oficina Devolutiva no mesmo mês, no dia 11, com o objetivo de avaliar a aceitação da comunidade e recolher críticas e sugestões, entretanto eu não pude comparecer. Em reunião online, presidida pela CTEA, ocorrida no dia 29 de maio deste ano a comissão mencionou que aprovou o Diagnóstico, porém com muitas ressalvas. Solicitei permissão para ver as observações feitas pelo grupo, mas me foi negada.

3.4 Análise das Entrevistas Semiestruturadas

A entrevista é uma forma de interação entre duas pessoas. É através dela que se coletam informações acerca de um tema de interesse. Muito utilizada em trabalhos de campo, com frequência está associada à pesquisa qualitativa.

Utilizar-se da entrevista para obtenção de informação é buscar compreender a subjetividade do indivíduo por meio de seus depoimentos, pois se trata do modo como aquele sujeito observa, vivencia e analisa seu tempo histórico, seu momento, seu meio social etc.; é sempre um, entre muitos pontos de vista possíveis (BATISTA, MATOS E NASCIMENTO, 2017, P. 26).

O entrevistador deve ter clareza em seus objetivos, mas precisa saber ouvir, de modo a demonstrar interesse não só no que o entrevistado expressa, mas como se expressa, seus sentimentos, “realizando novos questionamentos, confirmando com gestos que o ouve atentamente, mas sem influenciar seu discurso” (BATISTA, MATOS E NASCIMENTO, 2017, p. 27).

A importância do ProMEA, a articulação entre setores governamentais, a participação social, a visão de EA para o município de Nova Iguaçu foram algumas das questões abordadas e que indicam claramente posições políticas e ideológicas que podemos observar nos discursos sobre a EA. Verificou-se que a maioria dos entrevistados reconhecem um discurso hegemônico comumente relacionado à EA, mas acreditam que deve ser pautada na pluriversalidade, no respeito a todas as formas de vida, na emancipação dos sujeitos, entre outras características.

Nesse sentido, Geraldo da Silva Bastos, representante da SEMAM, diz que:

Eu acredito que a EA precisa estar vinculada a marcos civilizatórios, construções que a gente precisa estar fazendo para que a vida seja preservada e respeitada e nisso entra vários marcos como a questão da educação, o respeito a cultura, a diversidade, o respeito as individualidades. A gente tá marcado por uma sociedade onde o ódio foi muito impregnado pela política e eu não vejo a EA como um movimento para tornar a cidade verde, mas sim um movimento para tornar a cidade humanizada, com respeito a toda diversidade que ela tem.

Em contrapartida a visão de Kátia Wanessa Araújo dos Santos Barros, representante da SEMED, perpassa por um viés de senso comum a respeito da EA: “A Educação Ambiental é uma ferramenta indispensável para instruir e conscientizar a população sobre a importância da preservação do meio ambiente e promover mudanças comportamentais que contribuam para a sustentabilidade.”

Dentro de suas respostas é possível encontrar muitas vezes palavras como “conscientizar”, “sensibilizar” e “promover a sustentabilidade”, mas sem trazer uma reflexão crítica em cima disso. Termos como esses estão muito presentes em uma EA no viés conservadora, que aponta para a culpabilização dos indivíduos pelos problemas ambientais e indica que é preciso haver mudanças comportamentais para se chegar a um meio ambiente sustentável. Geralmente são veiculadas campanhas de conscientização para economia de água, não poluição dos corpos hídricos, coleta seletiva, dentre outros, ações pontuais que visam mudanças de práticas individuais.

Para Resende e Ramalho (2006, p. 45) “são os indivíduos, inseridos em práticas discursivas e sociais, que corroboram para a manutenção ou transformação de estruturas sociais – uma visão dialética da relação entre estrutura e ação.”

Outra fala interessante de Geraldo é quando ele traz a perspectiva dos povos tradicionais para dentro da EA:

Eu acho que a EA tem que buscar entender, por exemplo, quais são os valores ambientais para as comunidades tradicionais de matriz africana, quais são os valores ambientais dos povos originários. O nosso Programa precisa considerar o que esses povos tinham como perspectiva de relação com a natureza. É isso que precisamos considerar como eixo principal. Atingir essas comunidades que tem os anseios de ter uma vida mais saudável, mais respeitosa.

Ele também afirma que o ProMEA não pode ser apenas mais uma política de governo e reforça a importância da participação social. Sobre isso Kátia Wanessa deixa claro que:

Uma política pública própria de Educação Ambiental, como o Programa Municipal de Educação Ambiental que está sendo formulado em Nova Iguaçu, é algo que não está sujeito às rupturas causadas pelo fim dos mandatos, pois não é uma política de governo, mas sim uma política de Estado.

Sobre a participação, Lara Martins Mattos, mobilizadora social, aponta que sem processo participativo um projeto tende a falhar, principalmente quando se trata da elaboração de uma política pública, que é o caso do ProMEA.

Se esse processo fica concentrado na mão de pessoas técnicas, não que essas pessoas não sejam importantes, sabemos que elas são essenciais na construção, porém elas tem um olhar pouco amplo da realidade. Não transitam em todo o território, não conhecem certas realidades. Acho que a participação ampla, ela contribui nesse aspecto, que dá uma visão mais real das questões socioambientais e também traz essa perspectiva não puramente técnica e científica. Traz a opinião da população, traz

ideias de como lidar com esses problemas da base, então eu acho que isso é muito legal, porque, senão também fica tudo um copia e cola.

Lara também aponta que o processo participativo é sempre difícil, em face das demandas de cada indivíduo, muitas vezes outras situações do cotidiano precisam ser priorizadas, entretanto ela afirmou que em Nova Iguaçu tem sido bastante satisfatório, não só pela quantidade de pessoas presentes nas oficinas “mas uma qualidade muito boa, as discussões, debates, as colocações todas, assim, muito legais.” Ela complementa que:

Eu acho que tá de uma maneira bem legal, assim, e eu acho que a equipe também, do grupo de acompanhamento, que é um grupo que foi publicado lá pela prefeitura, então, são pessoas muito dedicadas, são pessoas que tão se preocupando, que fazem, que opinam, que tem proatividade. Eu brinco que Nova Iguaçu me dá muito trabalho, mas também me dá muita satisfação porque o grupo de acompanhamento tá sempre me demandando coisas e isso é muito legal porque você a preocupação dessas pessoas em deixar o processo mais participativo e também vê que tem um grupo realmente interessado.

Questionada a partir de quais critérios foram escolhidos os representantes da sociedade civil, ela disse que não participou dessa etapa e só entrou após o processo já ter sido iniciado. O mesmo questionamento foi feito ao Presidente do CONDEMA, José Arnaldo dos Anjos de Oliveira, que informou que isso foi definido a partir de uma resolução estabelecida pela Câmara Técnica de Educação Ambiental, órgão assessor técnico do CONDEMA.

Quando foi feita a resolução foi definido dezoito membros, os seus perfis estão entre órgãos de governos, sociedade civil, instituições comunitárias, ambientalistas e a priori três membros de conselhos municipais. Hoje a gente tem esses dezoito membros e agora vai ampliar pra sociedade civil, mas mesmo assim eu ainda acho que todo esse movimento de comunicação, ele é muito falho na minha secretaria, não temos assessoria de meio ambiente.

Diferentemente do que a Lara afirmou sobre a qualidade da participação dos representantes da sociedade civil, José Arnaldo disse que:

Eu acho fraco porque o poder público que é a minha mola propulsora, ele não entendeu a importância disso, essa é a verdade. E, portanto, não dispôs com assessoria técnica institucional própria. Então, pra mim é uma participação limitada, restrita. Essa incompreensão do poder público de ser essa mola propulsora de fazer um mapeamento social, de cadastrar e indicar as pessoas que fazem EA no município.

Diante da fala de José Arnaldo podemos perceber que falta a instituição de um quadro de pessoas que atuem como assessores e possam dinamizar e ampliar determinados processos.

Ele também contou um pouco sobre como a empresa Myr foi escolhida para a elaboração do ProMEA. Infelizmente não foi possível realizar a entrevista com a Sócio-Diretora da empresa, Marina Paes de Barros. Entrei em contato por e-mail três vezes e na terceira tentativa eu reiterei a importância de sua participação para o esclarecimento de questões relativas a elaboração desse processo, até mesmo cheguei a enviar no corpo do e-mail as perguntas (Apêndice F) da entrevista insistindo que ela podia responder a distância, entretanto nunca obtive retorno dela.

José Arnaldo comentou que no início do processo, ao terem acesso ao Termo de Referência, que é o documento que estabelece os termos pelos quais um serviço deve ser prestado, houve muitas brigas pelo fato de ter sido escolhido um engenheiro sênior pra dirigir o processo de construção dos ProMEAs. Contou que conseguiram alterar essa equipe técnica posteriormente, porém tentaram impedi-lo de participar dos debates acerca do Termo de Referência. “Nos processos de debater o termo de referência eu fui impedido, negaram

argumentando sigilo, dizendo que era processo licitatório. Eu tive que assinar um documento dizendo que eu não ia participar de nenhuma consultoria técnica.”

José Arnaldo também explicou que para a aprovação do Termo de Referência era para ser uma instituição jurídica (empresas, organizações não governamentais, universidades entre outras), entretanto “o termo de referência aprovou a contratação de empresa especializada, portanto tirou da reta todo mundo, tudo que não é empresa, consórcio, universidade, organização sem fins lucrativos, todas ficaram impedidas porque o edital nasceu com essa especificação.”

Ele deixou claro seu descontentamento em relação a essa situação e afirmou que quem deveria estar à frente do processo era a UFRRJ, inclusive ele demonstrou em várias partes da entrevista um apreço muito grande pela universidade. Dessa forma podemos observar a atuação constante de um agente público na tentativa de promover processos imbricados por uma visão de pesquisa, de criticidade e de conhecimento público.

Perguntado acerca do recurso para a construção e implementação do ProMEA José Arnaldo disse que:

Para a elaboração do ProMEA são os recursos advindos do Comitê de Bacia do Guandu, então tem a Agenda Difusão do Conhecimento e Educação Ambiental, que são resoluções que aportam recursos, alguns milhares de recursos. Agora da onde vem o dinheiro pra execução, eu quero que seja por lei pra que possa consignar, impor que o poder público faça o investimento.

No caso da Política Municipal da Educação Ambiental, José Arnaldo expressou que ela tem que ser construída em conjunto com o programa. “Tem que ser junto porque a política é a lei. O programa é um conjunto de ações e o seu ordenamento e é ela que vai inclusive ser o corpo legislativo que vai dizer no capítulo recursos como é que a coisa vai se dar.”

Após o término da entrevista José Arnaldo me adicionou no grupo da Câmara Técnica de Educação Ambiental, no Whatsapp, e pouco tempo depois ele mesmo me incentivou a questionar no grupo sobre a construção da política municipal. Eu perguntei quem ficaria responsável por redigir a lei, se seria coletivamente ou se ficaria a cargo de alguma secretaria, porém não obtive nenhuma resposta de nenhum dos integrantes do grupo.

Em relação a como as secretarias tem desenvolvido ações de Educação Ambiental no município, Geraldo Bastos apontou que a SEMAM tem uma parceria muito grande com a SEMED, a qual é o órgão executivo do ProMEA. Sobre as atividades ele comentou que tem levado a população para conhecer as áreas de preservação do município de Nova Iguaçu, estrearam uma peça de teatro no Serviço Social do Comércio (SESC) chamada “Senhor Natureza e a Princesa Água”, que busca levar a mensagem sobre a questão da água para a população. “Nós vamos continuar com essa peça de teatro levando pras escolas, pras instituições, pra poder tá fazendo Educação Ambiental também de forma lúdica, através da arte e isso pra gente também é importante.”

Quanto a SEMED, Kátia relatou diversas atividades, desde ações dentro das escolas com oficinas, campanhas e trabalhos em data comemorativas, projetos criados em parceria com a Defesa Civil, Cedae, Light e a Gerência de Informação, Educação e Comunicação em Saúde (GIEC) até projetos próprios como o “Entre mãos e patas” voltado para a proteção animal doméstica e o “Eu leio eu cuido” que incentiva crianças e jovens a lerem livros que abordam temas relacionados à sustentabilidade.

Kátia confirmou a estreita ligação com a SEMAM através de atuação em conselhos como o Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento e o Conselho Gestor do

Parque Municipal de Nova Iguaçu, além de reiterar a parceria na elaboração do ProMEA, bem como em outras ações. “Essa colaboração entre a SEMED e a SEMAM é fundamental para uma abordagem interdisciplinar e ampla da Educação Ambiental em Nova Iguaçu. A SEMAM atua como coordenadora e a SEMED como Secretaria Executiva para a elaboração do programa”

Essa é umas das poucas vezes que Kátia traz em seu discurso uma visão integradora e, por conseguinte crítica da EA. Isso mostra que o indivíduo, mesmo inserido em uma prática social determinada pode transformar seu discurso dependendo do grau de reflexão que alcança.

Quando questionados acerca da importância do ProMEA para o município de Nova Iguaçu, a maioria dos entrevistados apontaram para a necessidade de uma perspectiva integradora da Educação Ambiental. Geraldo afirmou que:

Eu penso que mais importante de um programa não é a questão jurídica, sabe, eu acho que é a questão filosófica que está por trás de um programa. As discussões que vão construir o ProMEA elas tem que vir de encontro a pensar uma mudança de comportamento social em relação a questão do meio ambiente, porque quando eu falo que precisa ter também um teor filosófico é porque de nada adianta a gente ter uma cidade verde pra todos e a gente não ter a vida de forma preservada, porque você ter verde na cidade não quer dizer que todas as formas de vida estão sendo preservadas. Você pode ter uma cidade verde e extremamente racista, homofóbica, racista onde ocorrem muitos casos de genocídio, de homicídio, feminicídio. Então, acho que o ProMEA tem que se pensar o ambiente como um todo e aí ele tem que vir com esses elementos de discussão sobre os que nós fomos até aqui, mas o que podemos ser de melhor enquanto ser humano.

A Kátia não respondeu de acordo com a opinião dela, como foi solicitado, ela apenas respondeu o que é o objetivo desse programa, conforme pode ser visto a seguir.

Os ProMEAS são instrumentos elaborados em conjunto que fornecem orientações e metas a serem alcançadas para orientar a política e as atividades municipais de Educação Ambiental. O principal objetivo desses guias é promover a melhoria dos municípios por meio do desenvolvimento sustentável, do fortalecimento das Redes de Educação Ambiental locais, da conscientização e sensibilização da população para a conservação do meio ambiente e da realização de um processo enriquecedor.

Lara também traz para o debate a importância de pensar nas questões socioambientais de forma regionalizada.

Eu acho que vai ser muito legal. Assim, no final são treze municípios, cada um tá fazendo o seu programa municipal e depois ele vai virar um programa regionalizado, que engloba o Guandu como um todo né. Então, acho que essa integração de ações e de reflexão sobre o território vai ser importante, não só pra Nova Iguaçu, mas pra região toda e aí pensando que, assim, Nova Iguaçu é cortado por rios que vem de outros municípios ou alguns problemas socioambientais não são só de Nova Iguaçu, são regionalizados e atravessam fronteiras muitas vezes invisíveis entre um município e outro. Então, você fica ali sem saber o que é responsabilidade de um município e é muito comum, por exemplo, entre Nova Iguaçu e Queimados. Então, eu acho que essas questão regionalizada vai ser muito legal para pensar coletivamente alguns problemas e algumas soluções.

Ela também reitera que o município está partindo de uma reflexão crítica e retoma as proposições de Geraldo sobre uma perspectiva filosófica que se baseia nos conhecimentos e saberes das populações tradicionais.

Eu gostaria de comentar que Nova Iguaçu está com essa reflexão crítica sobre o processo e isso é muito legal, assim, você tem acompanhado, principalmente na figura do Geraldo de pensar as populações tradicionais do município, de pensar nas questões

religiosas e nas questões ambientais em conjunto. O ProMEA de Nova Iguaçu ele é focado em questões hídricas porque vem do Comitê do Guandu e é uma coisa sobre a água, assim. Só que eu acho que é isso, Nova Iguaçu tá o tempo inteiro pontuando e ressaltando que ele quer ampliar essas percepções, trazer algumas questões do viés da educação ambiental crítica de fato pra pensar como que questões religiosas, populações tradicionais, outros grupos de agricultores, enfim, estão dentro deste contexto. Então acho que a importância é essa, ele tá tentando ser um programa o mais amplo possível e incorporar de uma maneira mais efetiva algumas problemáticas que, geralmente, não são levantadas quando a gente tá pensando na elaboração de ações de um programa de educação ambiental porque dificilmente você vai ver uma pessoa falando uma reflexão de questões religiosas ou de matriz africana com o meio ambiente e água, assim. É uma reflexão profunda e que de fato é importante e verdadeira e eu acho que é isso, que vai ser muito importante se de fato incorporar. Se for feito dessa maneira, vai ser uma coisa bem ampla, bem completinha, assim, eu acho, eu tô com essa expectativa né.

José Arnaldo traz a necessidade dos grupos que compõem a sociedade se reafirmarem no processo e também destaca a necessidade a valorização de eventos culturais, bem como a amplitude que um programa desses pode ter.

O ProMEA é um instrumento norteador das ações, não só do poder público, mas de toda a sociedade, especialmente a organizada interessada no tema. Então, que ela possa nesse período agora fazer validar que as suas próprias ações sejam consignadas, por exemplo, que a Feirinha Agroecológica seja vista como um instrumento de educação ambiental, que a educação ambiental focada na educação do campo aconteça. Então, o ProMEA tem essa capacidade de, não só sistematizar desejos de quem faz política pública, tem a ação pública no seu fazer, política institucional, como determinar o início de coisas que ainda não acontecem. Encontros científicos, encontro de raizeiros, por exemplo, um encontro no campo. A valorização como instrumento educativo das festas nos espaços rurais, festa do aipim, festa da banana, festa da tilápia, essas festas temáticas né, o arraíá da ajuda. Como que a gente pode tá pensando na educação ambiental não formal nos espaços onde as comunidades se organizam? Os espaços de terreiro, pensar que todos os conhecimentos de natureza que vem dos espaços de terreiro é poder tá pensando que isso deva ser um evento previsto pra essa cultivação, eu sempre chamei isso de feira da cidadania. Então o ProMEA tem essa visão de buscar o que se faz hoje, de buscar esse encontro de atores, criar uma normatividade jurídica que já existe, já que a educação ambiental é citada em várias leis, plano diretor, os planos de manejo, etc. Acho que o ProMEA tem essa enorme importância. Então, que ele possa trazer luz e farol pra gestores, propositores de políticas públicas, legisladores né, e que ele realmente consiga contribuir nesse conjunto de agendas de sustentabilidade mundial, como entre nele a Agenda 2030, a COP 15, a COP 27, então vai nos trazer esses debates. E aí a gente vai pensar, poxa a gente fez um marco e a gente conseguiu

Como podemos ver, a maioria dos discursos dos atores acima reforçam uma perspectiva integradora, interdisciplinar, perpassando por questões não apenas ambientais, mas sobretudo sociais em que as perspectivas raciais, de gênero, sexualidade, religiosas, culturais sejam respeitadas e valorizadas. Mais do que instrumento jurídico, o que se espera do ProMEA é o que ansiamos enquanto educadores ambientais que acreditamos em um viés crítico de educação.

Entendendo o discurso como fruto de práticas sociais, podemos observar que a maior parte dos entrevistados possuem práticas as quais lutam por inserir a perspectiva crítica em seus processos de trabalho e pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como vimos, a Educação Ambiental se faz cada vez mais necessária face a crise ambiental e social que vivenciamos. Seu campo de estudos se aprofundou muito desde o início de sua discussão e passou a ser compreendido e praticado de diversas maneiras. Esta pesquisa optou por um olhar crítico da EA, uma vez que só é possível entendermos as problemáticas socioambientais presentes nos territórios se partirmos de uma visão que não dicotomiza ser humano e natureza.

É através desse viés crítico que podemos avançar no sentido de uma educação mais democrática e sustentável, tendo o conhecimento construída de forma coletiva dentro dos territórios de forma que cada território possa fazer sustentabilidade a seu modo. Nesse sentido o processo de participação social é um importante instrumento democrático onde os indivíduos podem não só influenciar nas decisões, mas ter o fortalecimento das relações com o Estado.

Uma forma de garantir esse processo é através das políticas públicas, instâncias jurídicas e normativas que visam solucionar algum problema público. As políticas públicas de Educação Ambiental, portanto, nasceram da necessidade de incorporar as discussões da EA dentro dos mais diversos âmbitos e dos mais diferentes espaços em nosso país, a exemplo da educação formal, não formal e informal.

Essa discussão também perpassa os municípios brasileiros, afinal estes territórios também comportam problemáticas socioambientais que precisam ser pensadas, discutidas e solucionadas a partir da perspectiva da Educação Ambiental. Nesse sentido a construção do Programa Municipal de Educação Ambiental, que deve se basear tanto na Política Nacional de Educação Ambiental quanto na Política Estadual de Educação Ambiental, é compreendido enquanto um instrumento que busca promover a qualidade socioambiental no município a partir de uma postura crítica e reflexiva.

Nova Iguaçu e mais doze municípios da Região Hidrográfica II – Guandu/RJ tem se mobilizado para elaborar seus ProMEAs. O município de Nova Iguaçu, lócus de análise da pesquisa, é uma cidade rica tanto em biodiversidade, quanto nas questões culturais, econômicas, educacionais entre outras, entretanto também sofre com problemáticas socioambientais características da Baixada Fluminense, como as enchentes, deslizamentos, poluição dos rios, etc, que necessitam ser debatidas à luz de uma Educação Ambiental crítica.

Isto posto, retomando a questão central da pesquisa, podemos ver que se confirmou a ideia de que a Educação Ambiental, enquanto política pública, pode promover o fortalecimento de uma educação mais democrática e sustentável no município de Nova Iguaçu, uma vez que o processo de construção do programa tem seguido inicialmente por um caminho crítico, que aponta para o envolvimento da sociedade na construção de conhecimentos para uma melhor gestão socioambiental no território.

Tanto o objetivo geral quanto os específicos foram alcançados. Para isso optamos por alguns caminhos como o levantamento bibliográfico para compreender os conceitos-chave que embasaram a pesquisa, a análise documental, a pesquisa empírica, as entrevistas semiestruturadas e a Análise do Discurso Crítica que ajudaram a evidenciar discursos de perspectiva crítica dos sujeitos envolvidos na elaboração do ProMEA.

Por outro lado existem pontos que nos fazem refletir até onde vai essa criticidade. O não retorno do contato da sócio-diretora da empresa Myr, que poderia responder questões importantes para o entendimento do processo, já evidencia um certo desinteresse em colaborar no agregamento de informações para o conhecimento público. E precisamos lembrar que a

construção de uma política pública pautada na participação social implica na troca e no compartilhamento de saberes.

Outro ponto que levantamos é a escolha de uma empresa particular especializada para a construção do programa em vez de uma universidade, que traria muito mais aporte teórico e conhecimento sobre a realidade do território, a exemplo do que ocorreu em Mesquita com a participação da UFRRJ. Vale ressaltar que a Myr está sediada fora do estado do Rio de Janeiro e, ainda que atue em diferentes projetos e programas pelo país, seu conhecimento acerca da Baixada Fluminense, mais especificamente de Nova Iguaçu, não é o mesmo que de uma instituição localizada no município. Uma política pública sendo construída por uma empresa particular aponta para interesses financeiros e não uma preocupação real com a EA no município.

Outra questão é a ausência de informações acerca da construção da Política Municipal de Educação Ambiental (PMEA), que a priori deveria ser instituída antes da elaboração do ProMEA, mas que, segundo obtido em entrevistas, ocorreria concomitantemente. Entretanto até o momento nada foi informado, assim como o processo também não foi mencionado nas oficinas que estive presente nem no Grupo de Trabalho do ProMEA (Whatsapp). Se de fato essa construção estiver ocorrendo, está sendo as margens da participação popular, o que vai contra uma perspectiva crítica de EA.

Dessa forma percebemos que a construção de políticas públicas perpassam diversos interesses e mesmo que haja o esforço para a participação popular, o que é de fato necessário, o processo de elaboração de políticas de EA pode acabar servindo a propósitos hegemônicos e não contribuir para uma melhora real nas questões socioambientais do município.

De maneira geral esta pesquisa trouxe um aprendizado muito grande no tocante a conhecer melhor sobre o tema das políticas públicas e como elas influenciam variadas questões em nossa sociedade, além de propiciar o trabalho com diferentes metodologias. O processo de elaboração do ProMEA encontra-se em fase de Diagnóstico, assim, esperamos que em trabalhos futuros possa haver o prosseguimento do que a presente pesquisa se dispôs a discutir, bem como denúncias e/ou que gere pesquisas relacionadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIRLES, D. A Educação Ambiental como ferramenta contra a crise ambiental planetária. **Revista Educação Pública**, 2014. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/14/40/a-educacao-ambiental-como-ferramenta-contra-a-crise-ambiental-planetaria>. Acesso em: 23 de maio de 2023.
- ANDRADE, D. Políticas Públicas: o que são e para que servem? Politize, Florianópolis, 04 de fev. de 2016. Disponível em: <https://www.politize.com.br/politicas-publicas>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.
- ANDRADE, I. **Crise ambiental no Brasil pode atingir “ponto de não retorno.”** Observatório 3º Setor. 02 de junho de 2022. Disponível em: <https://observatorio3setor.org.br/noticias/crise-ambiental-no-brasil-pode-atingir-ponto-de-nao-retorno/>. Acesso em 21 de maio de 2023.
- ALVES, J. I. Desenvolvimento e desenvolvimento sustentável: uma revisão contemporânea para repensar políticas públicas num ambiente de complexidade. **Revista Jurídica**. Curitiba. v. 01, nº. 50, p. 484-513, 2018.
- BARROS, K. W. A. dos S. Entrevista concedida a Fernanda Malheiro Lourenço. Nova Iguaçu, 24 de março de 2023.
- BASTOS, G. da S. Entrevista concedida a Fernanda Malheiro Lourenço. Nova Iguaçu, 30 de março de 2023.
- BATISTA, E. C.; MATOS, L. A. L. de; NASCIMENTO, A. B. A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**. Blumenau, v. 11, n. 3, p. 23-38, 2017.
- BRASIL, F. G.; CAPELLA, A. C. N. Os Estudos das Políticas Públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre a análise de políticas. **Revista Política Hoje**. Pernambuco, v. 25, n. 1, p. 71-90, 2016.
- BRASIL. **Lei 3.925 de 17 de dezembro de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99 no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. 1999. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/CONTLEI.NSF/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/cdca1ff2e635ef0903256857004f8540?OpenDocument#:~:text=7%C2%BA%20%2D%20A%20Pol%C3%ADtica%20Estadual%20de,Art>. Acesso em: 10 de novembro de 2022.
- BRASIL. **Lei 9.795 de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm. Acesso em 09 de novembro de 2022.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Educação Ambiental por um Brasil sustentável: ProNEA, marcos legais e normativos**. Ministério do Meio Ambiente – MMA, Ministério da Educação – MEC. Brasília, DF: MMA, 2018.
- BONAVIDES, P. **Ciência política**. 10ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2006.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CARVALHO, I. C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ambiental**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CEPERJ – FUNDAÇÃO CENTRO ESTADUAL DE ESTATÍSTICAS, PESQUISAS E FORMAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS DO RIO DE JANEIRO. **ICMS Ecológico Repasse 2022**. Rio de Janeiro: CEPERJ, 2022. Disponível em: https://www.ceperj.rj.gov.br/sites/ceperj/files/arquivospaginas/Repasse%20ICMS%20Eco%202022%20Revisado_1.pdf. Acesso em 19 de julho de 2023.

CHAVES, R. **Democracia e educação, um diálogo entre John Dewey e Paulo Freire**. Disponível em: <https://ermiracultura.com.br/2022/01/11/democracia-e-educacao-um-dialogo-entre-john-dewey-e-paulo-freire/>. Acesso em: 23 de novembro de 2022.

ESTEVAM, D. de O. A contínua descontinuidade administrativa e de políticas públicas. **Anais do II Seminário das Ciências Sociais Aplicadas: estado, organizações e desenvolvimento**, 16 a 18 de novembro de 2010. Criciúma, SC: UNESC, 2010.

FUNCIONÁRIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE MESQUITA. Entrevista concedida a Fernanda Malheiro Lourenço. Nova Iguaçu, 20 de abril de 2023.

FRASER, M. T. D.; GONDIM, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussão sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Revista Paidéia**, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GONÇALVES, D. P. **Principais desastres ambientais no Brasil e no mundo**. Jornal da Unicamp. São Paulo, 01 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2017/12/01/principais-desastres-ambientais-no-brasil-e-no-mundo>. Acesso em 23 de maio de 2023.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. 4. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

HAESBAERT, R. Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade. Porto Alegre, 2004. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acesso em 17 de maio de 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Panorama de Nova Iguaçu**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/nova-iguacu/panorama>. Acesso em 24 de abril de 2023.

LASSANCE, A. O que é uma política e o que é um programa: uma pergunta simples e até hoje sem resposta clara. **Boletim de Análise Político-Institucional**, n. 27, mar. 2021. Disponível em: https://www.repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10579/1/bapi_27_politica.pdf. Acesso em 17 de setembro de 2022.

LAYRARGUES, P. P.; LIMA, G. F. da C. As macro-tendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Revista Ambiente e Sociedade**. São Paulo, v. XVIII, n. 1, p. 23–40, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação Ambiental Crítica e Movimento de Justiça Ambiental: Perspectivas de Aliança Contra-Hegemônica na Construção de uma Alternativa Societária. In: MACHADO, Carlos RS et al. **Conflitos ambientais e urbanos – debates, lutas e desafios**. Porto Alegre: Evangraf, 2013.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. In: MELLO, S. S. de; TRAJBER, R. (Orgs.). **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental, Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

MAGALHÃES, I. Introdução: a análise de discurso crítica. **Revista D.E.L.T.A.** PUC-SP, v. 21, n. Especial, p. 1-9, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/LgkQwhZgkLdsMnvDLHh7znz/?lang=pt>. Acesso em 16 de maio de 2023.

MANZINI, E.J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. In: **Anais do Seminário Internacional sobre Pesquisa e Estudos Qualitativos**, Bauru: USC, 2004.

MARIETTO, M. L. Observação participante e não participante: contextualização teórica e sugestão de roteiros para aplicação dos métodos. **Revista Ibero Americana de Estratégia**, v. 17, n. 4, p. 5-18, 2018. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/3312/331259758002/html/>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.

MARTINS, L. M. Entrevista concedida a Fernanda Malheiro Lourenço. Nova Iguaçu, 14 de fevereiro de 2023.

MESQUITA. **Decreto nº 3.190 de 25 de abril de 2022**. Regulamenta o Programa Municipal de Educação Ambiental da Cidade de Mesquita, e dá outras providências. Diário Oficial de Mesquita, Poder Executivo, Mesquita, RJ, 2022.

MESQUITA. **Lei 3.190 de 29 de dezembro de 2009**. Institui a Política Municipal de Educação Ambiental e dá outras providências. 2009.

MILLON, L.V. Participação popular nas políticas públicas municipais. **Revista do Direito**, v. 13, n. 17, p. 59-71, 2010.

MOGILKA, M. **O que é educação democrática? - Contribuições para uma questão sempre atual**. Curitiba: Editora da UFPR, 2003.

NEPOMUCENO, A. L. de O. **Das tensões políticas à prática pedagógica socioambiental: contextos da política estadual de educação ambiental (SE)**. 2017. 228 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2017.

OBSERVATÓRIO ICMS ECOLÓGICO. **Ranking dos Municípios pelo Índice Final de Conservação Ambiental – IFCA**. Rio de Janeiro: Observatório ICMS Ecológico, 2023. Disponível em: http://icmsecologicorj.com.br/painel/IFCA_rank. Acesso em 19 de julho de 2023.

OLIVEIRA, J. A. dos A. Entrevista concedida a Fernanda Malheiro Lourenço. Nova Iguaçu, 10 de março de 2023.

PAIXÃO, F. J. M.; SILVA, M. L. A educação ambiental como política pública para gestão integrada dos recursos naturais: um estudo de caso do município de Paragominas no estado do Pará. **Novos Cadernos NAEA**, v. 22, n. 2, p. 93-115, 2019.

PEREIRA, A. dos S. et al. Análise de discurso crítica: os porquês. In: IRINEU, L. M. et al. (Orgs.). **Análise de Discurso Crítica: conceitos-chave**. 1. ed. Campinas, SP: Ponte Editores, 2009.

PIRES, D. G. B. Entrevista concedida a Fernanda Malheiro Lourenço. Nova Iguaçu, 15 de abril de 2023.

PIRES, J. G. B. **Rio Dona Eugênia, Mesquita – RJ**: Panorama socioambiental e análise do Programa Municipal de Educação Ambiental (ProMEA). 2018. 53 f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2018.

REBEA. Rede de Educação Ambiental e Políticas Públicas – REAPOPOP. Disponível em: <https://reapop.wordpress.com/rebea/>. Acesso em: 09 de novembro de 2022.

Regiões Hidrográficas. Catálogo de Metadados da Agência Nacional das Águas. Disponível em: <https://metadados.snirh.gov.br/geonetwork/srv/api/records/0574947a-2c5b-48d2-96a4-b07c4702bbab>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

RESENDE, V. de M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Resolução CERHI – RJ nº 107**, de 22 de maio de 2013. Aprova nova definição das Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro e revoga a Resolução CERHI nº 18, de 08 de novembro de 2006. Disponível em: <https://comiteguandu.org.br/as-resolucoes/>. Acesso em 23 de maio de 2023.

ROSA, A. V.; SORRENTINO, M.; RAYMUNDO, M. H. A. (Orgs.). **Dossiê sobre o desmonte das Políticas Públicas de Educação Ambiental na gestão do Governo Federal: 2019 a 2022**. Brasília: EAREsiste, 2022.

RUA, J. Desenvolvimento, espaço e sustentabilidades. In: RUA, J. (Org.). **Paisagem e, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.

RUA, J.; OLIVEIRA, R. R. de; FERREIRA, A. **Paisagem, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia**. In: RUA, J. (Org.). Paisagem e, espaço e sustentabilidades: uma perspectiva multidimensional da Geografia. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2007.

SACK, R. D. **Territorialidade humana sua teoria e história**. Cambridge: Cambridge University, 1986.

SANTOS, A. M. M. Entrevista concedida a Fernanda Malheiro Lourenço. Nova Iguaçu, 15 de abril de 2023.

SANTOS, A. M. M.; CARDOSO, C.; BEZERRA, C. A. M. Escola e comunidade no reconhecimento e no planejamento de ações de educação ambiental: a experiência do município de Mesquita/RJ. **Revista de Políticas Públicas**. São Luís, Número Especial, p. 413-422, 2014.

SANTOS, J. J. P. dos; WEBER, W. L. A Crise Socioambiental: uma reflexão acerca do papel humano na sustentabilidade ambiental. In: **Anais da XII Jornada Jurídica Faculdade Evangélica de Goianésia**, Anápolis/GO, v. 1, n. 1, 2018.

SÃO PAULO. Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes pedagógicas e programa municipal de educação ambiental**. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. Governo do Estado de São Paulo, 2013.

SEARA, B. **Mesquita fica no top 5 do ICMS Ecológico e vai ter receita de R\$ 10 milhões**. Extra. Rio de Janeiro, 07 de março de 2023. Disponível em:

<https://extra.globo.com/noticias/extra-extra/mesquita-fica-no-top-5-do-icms-ecologico-vai-ter-receita-extra-de-10-milhoes-25671525.html>. Acesso em 18 de abril de 2023.

SAUVÉ, L. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação Ambiental: pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SCHMIDT, J. P. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**. Santa Cruz do Sul, v. 3, n. 56, p. 119-149, 2018.

SECCO, A. P. L.; NETO, E. S. de C.; NEIMAN, Z. A Educação Ambiental como ponto de partida nas Políticas Públicas. In: RABINOVICI, A.; NEIMAN, Z. (Orgs.). **Princípios e Práticas de Educação Ambiental**. Diadema: V&V Editora, 2022.

SOUZA, C. Políticas públicas: uma revisão de literatura. **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, 2006.

TREVISAN, A. P.; BELLEN, H. M. van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

Use a matriz F.O.F.A. para melhorar a empresa. SEBRAE, 2021. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/use-a-matriz-fofa-para-corrigir-deficiencias-e-melhorar-a-empresa,9cd2798be83ea410VgnVCM2000003c74010aRCRD>. Acesso em 10 de maio de 2023.

PAZ, E. M. de S. M. et al. **Revolução Industrial e Meio Ambiente: Questões Para Refletir**. Disponível em: <http://www.emdialogo.uff.br/content/revolucao-industrial-e-meio-ambiente-questoes-para-refletir>. Acesso em 23 de fevereiro de 2022.

QUEIROZ, D. T. et al. Observação participante na pesquisa qualitativa: conceitos e aplicações na área da saúde. **Revista Enfermagem UERJ**. Rio de Janeiro, p. 276-283, 2007.

Apêndice A

Roteiro da entrevista com a Professora Ana Maria Marques Santos do Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

- 1) De quem foi a ideia do ProMEA? Da UFRRRJ ou da Prefeitura de Mesquita?
- 2) Como se deu o contato entre as duas instituições?
- 3) Como foi o processo de construção do ProMEA?
- 4) Como era a relação com a Prefeitura de Mesquita?
- 5) Em sua opinião qual a importância do ProMEA?

Apêndice B

Roteiro da Entrevista com a Professora e Bióloga Débora Gusmão Brito Pires

- 1) Como se deu o processo de construção do ProMEA de Mesquita e qual era seu papel durante o processo?
- 2) Em sua opinião quais foram os principais desafios para a construção desse Programa?
- 3) Você chegou a se inteirar o que ocorreu após o estabelecimento do ProMEA ou sabe de alguma informação atual?
- 4) Para você qual a importância do ProMEA?

Apêndice C

Roteiro da Entrevista com uma funcionária da Secretaria Municipal de Meio Ambiente da Prefeitura de Mesquita

- 1) Há quanto tempo você está na Secretaria? Como o ProMEA tem sido trabalhado desde então?
- 2) Como tem sido a relação com a Secretaria Municipal de Educação? Vocês promovem ações em conjunto? Se sim, pode citar pelo menos duas?
- 3) Em sua opinião o que falta para o ProMEA ser implementado de forma efetiva?
- 4) Para você qual a importância do ProMEA?

Apêndice D

Roteiro da Entrevista com o representante da SEMAM, Geraldo da Silva Bastos

- 1) Como você vê a educação ambiental para o município?
- 2) Como a Semam vem desenvolvendo ações de educação ambiental no município?
- 3) Como as diferentes secretarias (Semam e Semed) tem se articulado?
- 4) Em sua opinião, qual a importância do ProMEA para Nova Iguaçu?

Apêndice E

Roteiro da Entrevista com a representante da SEMED, Kátia Wanessa Araújo dos Santos Barros

- 1) Como você vê a educação ambiental para o município?
- 2) Como a Semed vem desenvolvendo ações de educação ambiental no município?
- 3) Como as diferentes secretarias (Semam e Semed) tem se articulado?
- 4) Em sua opinião, qual a importância do ProMEA para Nova Iguaçu?

Apêndice F

Roteiro da Entrevista com a Sócio-Diretora da Empresa Myr Projetos Sustentáveis, Marina Paes de Barros

- 1) Para você, o que seria sustentabilidade?
- 2) Como o ProMEA – NI pode ser sustentável?
- 3) A partir de que critérios sua empresa foi escolhida para a formulação do Programa?
- 4) Já estiveram envolvidos com a elaboração de ProMEAs de outros municípios? Quais?
- 5) Qual o planejamento e o cronograma do ProMEA – NI?
- 6) Qual a previsão de conclusão?
- 7) Em sua opinião qual a importância do ProMEA para Nova Iguaçu?

Infelizmente não foi possível a realização da entrevista, devido ao não retorno do contato estabelecido por e-mail.

Apêndice G

Roteiro da Entrevista com a Mobilizadora Social, Lara Mattos Martins

- 1) Por que o processo de participação social é relevante?
- 2) Como você tem observado a participação dos representantes da sociedade civil? Tem sido satisfatória? Tem críticas ou sugestões?
- 3) A partir de quais critérios foram escolhidas essas pessoas?
- 4) Em sua opinião, qual a importância do ProMEA para Nova Iguaçu?

Apêndice H

Roteiro da Entrevista com o Presidente do Conselho Municipal do Desenvolvimento Sustentável e do Meio Ambiente, José Arnaldo dos Anjos de Oliveira

- 1) Como surgiu a iniciativa para a construção do ProMEA – NI?
- 2) Como a empresa Myr foi escolhida? Quais critérios foram utilizados?
- 3) Como foram escolhidos os representantes das organizações da sociedade civil? Como você vê a participação dessas pessoas? Crê que está satisfatória?
- 4) De onde vem o recurso para a construção e implementação do Programa?
- 5) Em sua opinião, qual a importância do ProMEA para Nova Iguaçu?

ANEXOS

ANEXO A – ATO CONVOCATÓRIO Nº 11/2021

1 **ATA DE CONTINUIDADE DO ATO CONVOCATÓRIO Nº 11/2021 – OBJETO: Contratação de**
2 **empresa especializada para elaboração dos Programas Municipais de Educação Ambiental**
3 **e do Plano de Educação Ambiental da Região Hidrográfica II – Guandu/RJ com foco em**
4 **recursos hídricos.** Aos dezenove dias do mês de outubro de dois mil e vinte e um, às 16h,
5 ocorreu a continuidade da sessão de julgamento, realizada na Sede da ASSOCIAÇÃO PRÓ-
6 GESTÃO DAS ÁGUAS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – AGEVAP,
7 situada na Rua Elza da Silva Duarte, nº 48, Loja 1A, Manejo, Resende/RJ, quando se reuniram
8 os membros da Comissão de Julgamento: Horácio Rezende Alves – Presidente da Comissão;
9 Gabriel de Paiva Agostinho – Membro da Comissão; Paula da Rocha Eloy – Membro da
10 Comissão. Considerando a Resolução INEA nº 160/2018, a Lei Federal nº 8.666/93 e a Lei
11 Federal nº 10.520/2002 e alterações posteriores, deu-se continuidade ao certame, sendo abertos
12 os ENVELOPES 3 – Proposta Preços das empresas habilitadas: **PROFILL ENGENHARIA E**
13 **AMBIENTE S.A., EME ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA, ENVEX ENGENHARIA E**
14 **CONSULTORIA LTDA; MYR PROJETOS ESTRATÉGICOS E CONSULTORIA LTDA. – EPP,**
15 **CONSOMINAS ENGENHARIA LTDA,** foram registradas as seguintes pontuações e preços:

Empresa	MYR	Consominas	EME	PROFILL	ENVEX
Proposta de preço	R\$ 970.000,00	R\$ 1.115.440,79	R\$ 1.039.500,00	R\$ 1.204.000,00	R\$ 1.040.281,81
Nota da proposta técnica	10,00	10,00	7,50	10,00	10,00
Nota financeira	10,00	8,70	9,33	8,06	9,32
Nota de classificação final	100,00	94,78	82,33	92,23	97,30

16
17 A empresa **MYR PROJETOS ESTRATÉGICOS E CONSULTORIA LTDA**, foi declarada
18 vencedora com o valor de R\$ 970.000,00 (novecentos e setenta mil reais). Isto posto, a presente
19 sessão foi encerrada às 16:50h.

20
21
22
23
24
25

Gabriel de Paiva Agostinho Membro – Comissão de Julgamento	Horácio Rezende Alves Presidente – Comissão de Julgamento	Paula da Rocha Eloy Membro – Comissão de Julgamento
--	---	---

Fonte: AGEVAP, 2021

ANEXO B – DIÁRIO OFICIAL – ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PREFEITURA DA
CIDADE DE NOVA IGUAÇU – SEGUNDA FEIRA, 19 DE ABRIL DE 2021

RESOLUÇÃO CONDEMA Nº 01/2021

Cria a Comissão Interdisciplinar para elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental – CI ProMEA para articulação de políticas públicas de Educação Ambiental.

CONSIDERANDO a necessidade de planejar, organizar e coordenar ações que permitam ao Município de NOVA IGUAÇU definir, integrar e implantar políticas públicas de Educação Ambiental, preservação ambiental e garantir a continuidade desta no município;

CONSIDERANDO que a proteção ao meio ambiente e o combate à poluição em qualquer forma é competência comum da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme disposto na Constituição Federal, art. 23, VI;

CONSIDERANDO as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei Estadual de Educação Ambiental nº 3325 de 17 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei nº 5.639 de 6 de janeiro de 2010, que dispõe sobre os contratos de gestão entre o órgão gestor e executor da política estadual de recursos hídricos e entidades delegatárias de funções de Agência de Água relativos à gestão de recursos hídricos de domínio do estado, e dá outras providências.

CONSIDERANDO as diretrizes do Programa Estadual de Educação SEEDUC Ambiental (ProEEARJ), instituído pela Resolução Nº 661 de 07 de agosto de 2018, que foi previsto pela promulgação da Lei Estadual nº 3325/99, na qual institui a Política de Educação Ambiental do Estado do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO os artigos 56, 89, 134 e 143 do Plano Diretor Municipal, que dispõe sobre as ações de educação ambiental a serem consignadas em forma de programa.

CONSIDERANDO a Lei nº 2.868 de 03 de dezembro de 1997, que estabelece as diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente dá outras providências.

CONSIDERANDO as metas e indicadores dos Planos de Manejos do Parque Natural Municipal de Nova Iguaçu, APAS Tinguá, Rio D'Ouro, Jaceruba e Guandu Açu, quanto às ações de educação ambiental;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, sobre tudo seus artigos 5º, 8º e 19º que dispõem sobre a educação ambiental;

CONSIDERANDO a Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o Saneamento Básico, sobre tudo seu artigo 49, que dispõe sobre a educação ambiental;

CONSIDERANDO as metas e indicadores dos Planos de Saneamento e de Resíduos Sólidos quanto às ações de educação ambiental.

CONSIDERANDO a Lei nº 2.868/97 estabeleceu as diretrizes da Política Municipal de Meio Ambiente, consagrando seu artigo 2º, IX, a educação ambiental como um dos princípios fundamentais ao estabelecimento dessa política.

CONSIDERANDO o artigo 33, XII, Lei nº 2.868/97, que qualifica a educação ambiental como um dos instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente, ao passo que o artigo 35, VII, dispõe que incube ao Conselho Municipal de Meio Ambiente estimular programas de educação ambiental com vistas à defesa e preservação do meio ambiente.

CONSIDERANDO que na Lei nº 2.868/97 o artigo 41 aponta que a Educação Ambiental é um instrumento indispensável para a consecução dos objetivos de preservação e convocação ambiental estabelecido na presente lei; que no artigo 42, o Município criará condições que garantam a implantação de programas de Educação Ambiental, assegurando o caráter interinstitucional das ações desenvolvidas e no artigo 43, a Educação Ambiental será promovida: I - Na Rede Municipal de Ensino, em todas as áreas do conhecimento e no decorrer de todo processo educativo em conformidade com os currículos e programas elaborados pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) em articulação com o órgão ambiental local; II - para os outros segmentos da sociedade, em especial aqueles que possam atuar como agentes multiplicadores através dos meios de comunicação e por meio de atividade desenvolvida por órgãos e entidades do Município; III - junto às entidades e associações ambientalistas, por meio de atividade de orientação técnica e por meio de instituições ambientalistas; IV - por meio de atividades de orientação técnica;

O CONSELHO MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E MEIO AMBIENTE-CONDEMA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 2.868, de 03 de dezembro de 1997, e tendo em vista o disposto em seu Regimento Interno, publicado em 28 de abril de 2016, conforme aprovação de resolução junto à 1ª Reunião Extraordinária, de 12 de abril de 2021, resolve:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Interdisciplinar para elaboração do Programa Municipal de Educação Ambiental - CI ProMEA, formada gestores de públicos e de organizações da sociedade civil.

Art. 2º - A formação de CI ProMEA será composta por 17 membros, designados pelo presidente do CONDEMA Nova Iguaçu, na seguinte forma:

- I - 2 (dois) representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- II - 2 (dois) representante da Secretaria de Educação;
- III - 1 (um) representante da Secretaria de Saúde;
- IV - 1 (um) representante da Empresa Municipal de Limpeza Urbana;
- V - 3 (três) representantes de conselhos municipais afins;
- VI - 3 (três) representantes da comunidade técnico-científica;
- VII - 1 (um) representante da rede de educação privada;
- VIII - 1 (um) representante da rede de educação estadual;
- IX - 3 (três) representantes de entidades ambientalistas e comunitárias;

Parágrafo Único - A CI ProMEA será coordenada pelo representante do órgão municipal de meio ambiente e a secretaria executiva pelo órgão municipal de educação.

Art. 3º - Caberá a CI ProMEA,:

- I - promover integração das políticas públicas de meio ambiente, educação e afins, visando à continuidade do ProMEA;
- II - acompanhar o Acordo de Cooperação Técnica entre a Agevap/Comitê Guandu e o Município de NOVA IGUAÇU associado com a elaboração do ProMEA;
- III - atuar na mobilização e sensibilização dos atores interessados na elaboração do ProMEA e sua respectiva política, podendo promover consultas públicas;
- IV - encaminhar ao Conselho Municipal de Meio Ambiente e ao Conselho Municipal de Educação as ações desenvolvidas para elaboração e propor a aprovação do ProMEA.

V - Atuar como Câmara Técnica de Educação Ambiental do CONDEMA Nova Iguaçu, com caráter permanente, com escolhas de seus membros a cada 2 anos.

VI - Fiscalizar o cumprimento do ProMEA, apontando relatório para a Plenária do CONDEMA Nova Iguaçu as ações prioritárias a serem consideradas no PPA, LDO e LOA.

VI - Ensejar esforços para a construção de parcerias que contribuam para o cumprimento do ProMEA.

Art. 4º - A CI ProMEA, poderá convidar setores organizados da sociedade civil, centros de estudo e pesquisa, além de órgãos municipais, estaduais e federais para participação em suas reuniões e colaboração na apresentação das propostas mencionadas;

Parágrafo Primeiro - As reuniões da CI ProMEA, poderão ocorrer presencialmente ou através de conferência digital, utilizando-se plataformas eletrônicas.

Parágrafo Segundo - A CI ProMEA definirá seu Plano de Ação, apontando a sua forma de atuação, calendário de reuniões e seus procedimentos administrativos para garantir a melhor transparência pública, envolvimento dos grupos interessados, da população em geral e a comunicação sobre as etapas e resultados alcançados.

Parágrafo Terceiro - As reuniões acontecerão com o quórum simples, em primeira chamada, e após 15 minutos em qualquer quórum, garantindo-se o calendário previsto no Plano de Ação.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Iguaçu, 12 de abril de 2021.

JOSÉ ARNALDO DOS ANJOS DE OLIVEIRA
Presidente do CONDEMA

SEMAD

CORREÇÃO

Na Portaria SEMAD nº 217 de 24 de março de 2021, publicada no Diário Oficial Digital de 25 de março de 2021, referente designação aos funcionários tomadores de adiantamento:

Onde se lê: JULIO CESAR CORREA GALDINO, MATRÍCULA Nº 60/699.904-9;

Leia-se: JULIO CESAR CORREA GALDINO, MATRÍCULA Nº 60/700.400-5.

Nova Iguaçu, 16 de abril de 2021.

ADRIANO SILVÉRIO HOFFMANN
Secretário Municipal de Administração
Mat.: 60/701822-9

SEMUS

PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMUS/FMS, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Informar a publicação da Intenção de Registro de Preços - IRP nº 21/2021, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A AQUISIÇÃO DE TESTE IMUNOLÓGICO PARA GRAVIDEZ**, a serem utilizados nas Unidades de Saúde do Município de Nova Iguaçu, na modalidade Pregão Eletrônico - SRP, com